

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

RENATA RAMOS BEZERRA

**BIBLIOTECA ESCOLAR INCLUSIVA: análise acerca do transtorno do espectro
autista (TEA)**

São Luís
2022

RENATA RAMOS BEZERRA

**BIBLIOTECA ESCOLAR INCLUSIVA: análise acerca do transtorno do espectro
autista (TEA)**

Monografia apresentada ao curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Isabel Cristina dos
Santos Diniz

São Luís

2022

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA**

Bezerra, Renata Ramos.

Biblioteca Escolar Inclusiva : análise acerca do transtorno do espectro autista TEA / Renata Ramos Bezerra.

- 2022.

70 f.

**Orientador(a): Isabel Cristina dos Santos Diniz.
Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.**

1. Acessibilidade. 2. Biblioteca Escola. 3. Inclusão. 4. Transtorno do Espectro Autista. I. Diniz, Isabel Cristina dos Santos. II. Título.

RENATA RAMOS BEZERRA

**BIBLIOTECA ESCOLAR INCLUSIVA: análise acerca do transtorno do espectro
autista (TEA)**

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para a obtenção do
título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina dos Santos Diniz – Orientadora

Doutora em Multimédia em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Diana Rocha da Silva

Doutora do Programa de Educação Escolar
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr.^a Raimunda de Jesus Araujo Ribeiro

Doutora em Multimédia em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho aos meus pais,
Mauro Sérgio Bezerra e Joseane Santos
Ramos, que me motivaram em toda trajetória
acadêmica e acreditaram na realização deste
sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo seu amor incondicional e pelas conquistas que me fez alcançar.

À Universidade Federal do Maranhão e todo o corpo docente do curso de Biblioteconomia, que contribuíram ao longo da minha caminhada acadêmica compartilhando conhecimentos, reflexões e experiências.

As bibliotecárias das escolas: SESI - Ana Adelaide Bello e Santa Teresa, que se dispuseram em participar no processo de obtenção de dados da pesquisa.

À banca examinadora, composta pelas Professoras Doutoras Isabel Cristina dos Santos Diniz, Diana Rocha da Silva e Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro, pelo interesse, disponibilidade e por colaborarem com as pontuações pertinentes para a qualificação desta pesquisa.

Especialmente, a minha orientadora, Professora Dr^a. Isabel Cristina dos Santos Diniz que teve uma participação crucial na conclusão deste ciclo. Agradeço pela disseminação do conhecimento, pelo seu direcionamento com sabedoria e paciência durante essa trajetória, sempre me incentivando, disposta a ajudar e ensinar.

Aos meus pais, Joseane Santos Ramos e Mauro Sérgio Bezerra, que a todo o momento estiveram ao meu lado me incentivando, me deram força sempre que precisei, acreditaram em mim e contribuíram com essa conquista.

RESUMO

Estudo sobre a Biblioteca Escolar Inclusiva perante o usuário com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Objetiva analisar as expectativas e perspectivas do bibliotecário escolar diante do usuário com TEA. Apresenta compreensões acerca do TEA, apontando os principais conceitos de autismo, baseando-se no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde (CID). Expõe algumas terminologias utilizadas ao longo dos anos até a atualidade, bem como a influência dos movimentos de inclusão social das pessoas com deficiência, e algumas leis que asseguram os direitos dessas pessoas. Ressalta como ocorre o diagnóstico, quais os níveis de gravidade, algumas formas de tratamento e acompanhamento a ser feito. Discorre sobre a Biblioteca escolar inclusiva, abordando os conceitos, leis e tipos de acessibilidade. Descreve sobre a participação de usuários com autismo nas atividades desenvolvidas na biblioteca e sobre a necessidade da formação continuada dos bibliotecários. Com o propósito de alcançar o objetivo proposto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória com abordagem qualitativa, utiliza-se como instrumento de coleta de dados uma entrevista semi-estruturada aplicada com as bibliotecárias das escolas: SESI - Anna Adelaide Bello e Santa Teresa. Os dados coletados evidenciam que existe carência quanto à qualificação profissional em cursos de inclusão e acessibilidade por parte dos profissionais bibliotecários, e a ausência desta, gera uma dificuldade em desempenhar o seu trabalho no contexto da educação inclusiva. Constata que apesar das escolas possuírem usuários com autismo, a gestão e as bibliotecas não priorizam e nem desenvolvem ações, projetos e atividades específicas para os referidos usuários. Por fim, apresenta que há uma necessidade por parte dos profissionais da informação quanto à educação continuada no contexto de inclusão e acessibilidade, pois a formação curricular do bibliotecário não tem resultado de forma positiva nas exigências da atuação profissional, sendo assim, há também a necessidade da implementação de mais disciplinas nas grades curriculares do curso de biblioteconomia que debatem sobre inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Biblioteca Escolar; Inclusão; Acessibilidade.

ABSTRACT

Study on the Inclusive School Library for users with Autism Spectrum Disorder (ASD). It aims to analyze the expectations and perspectives of the school librarian in front of the user with ASD. It presents understandings about ASD, pointing out the main concepts of autism, based on the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) and the International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD). It exposes some terminologies used over the years to the present, as well as the influence of social inclusion movements of people with disabilities, and some laws that ensure the rights of these people. It highlights how the diagnosis occurs, which levels of severity, some forms of treatment and follow-up to be done. Discusses the inclusive school library, approaching the concepts, laws and types of accessibility. It describes about the participation of users with autism in the activities developed in the library and about the need for the continuing education of librarians. In order to reach the proposed objective, it is a bibliographical and exploratory research with a qualitative approach, it is used as a data collection instrument a semi-structured interview applied with the librarians of the schools: SESI - Anna Adelaide Bello and Santa Teresa. The data collected show that there is a lack of professional qualification in courses of inclusion and accessibility on the part of professional librarians, and the absence of this generates a difficulty in performing their work in the context of inclusive education. It notes that although schools have users with autism, management and libraries do not prioritize or develop specific actions, projects and activities for these users. Finally, it presents that there is a need on the part of information professionals regarding continuing education in the context of inclusion and accessibility, since the curricular training of the librarian has not resulted in a positive way in the requirements of professional performance, therefore, there is also a need implementation of more disciplines in the curricula of the library science course that discuss inclusion and accessibility for people with disabilities.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder; School Library; Inclusion; Accessibility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Definições de autismo	16
Quadro 2 - Níveis de Gravidade do TEA	22
Quadro 3 - Espectro da acessibilidade.....	29
Quadro 4 - Perfil profissional	40
Quadro 5 - Atividades realizadas.....	40
Quadro 6 - Qualificação profissional.....	41
Quadro 7 - participação de projetos sobre acessibilidade e inclusão na biblioteca.	41
Quadro 8 - Posição da gestão quando ao planejamento e a educação inclusiva.....	43
Quadro 9 - Posição nível de conhecimento sobre o autismo	43
Quadro 10 - Como a biblioteca tem atuado para se aproximar do usuário com autismo	44
Quadro 11 - Divulgação de alunos com deficiência para o bibliotecário.....	44
Quadro 12 - Como se sentem perante o comportamento e as estereotípias.....	45
Quadro 13 - Estratégias e atividades lúdicas desenvolvidas.....	46
Quadro 14 - O fator que dificulta e o que facilita o processo de inclusão e acessibilidade dos usuários com deficiência na biblioteca	46
Quadro 15 - Como ocorre a divulgação das ações e projetos de inclusão e acessibilidade desenvolvidos para os usuários com deficiência na biblioteca.....	48
Quadro 16 - A Gestão da escola prioriza que a biblioteca disponibilize serviços acessíveis para o usuário com deficiência	49
Quadro 17 - Dificuldades enfrentadas pelo bibliotecário escolar para desempenhar o seu trabalho no contexto da educação inclusiva	50
Quadro 18 - A formação curricular do bibliotecário, se esta tem resultado de forma positiva nas exigências da atuação profissional	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Análise Comportamental Aplicada
AI	Autismo Infantil
ASD	Distúrbio do Espectro do Autismo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAT	Centre de Atendimento ao Trabalhador
CBBD	Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CID	Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FORCOL	Formação e Desenvolvimento de Coleções
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
NBR	Norma Brasileira Regulamentadora
OMS	Organização Mundial de Saúde
PDF	Portable Document Format
PEA	Perturbações do Espectro do Autismo
PECS	Sistema de Comunicação por Troca de Figuras
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SESI	Serviço Social da Indústria
SUS	Sistema Único de Saúde
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TEACHH	Tratamento e educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à Comunicação
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento
TID	Transtorno Invasivo do Desenvolvimento
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	14
2.1	Definições de autismo / DSM e CID.	14
2.2	Breve Histórico	18
2.3	Diagnóstico e níveis	21
2.4	Tratamento e acompanhamento	24
3	BIBLIOTECA ESCOLAR	27
3.1	Biblioteca escolar como espaço de inclusão	28
3.2	Biblioteca escolar e o usuário com Autismo	31
3.3	Bibliotecário escolar – Formação continuada	34
4	METODOLOGIA	36
4.1.	Caracterização do campo de pesquisa	36
4.1.1	Escola SESI – Anna Adelaide Bello	36
4.1.2	Escola Santa Teresa	37
4.2	Tipos e métodos de pesquisa	38
4.3	Caracterização dos sujeitos investigado	39
5	BIBLIOTECA ESCOLAR E O USUÁRIO COM AUTISMO: análise dos dados.	40
6	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIA	52
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	64
	APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA ÀS BIBLIOTECÁRIAS DA ESCOLA SESI – ANA ADELAIDE BELLO E ANA TEREZA.	66

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço dos movimentos de inclusão em prol da pessoa com deficiência no mundo e no Brasil, em especial, da criação de normas, leis e políticas públicas que preservam e asseguram os direitos desta pessoa enquanto cidadão. Além do crescimento vertiginoso do número de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que originou desafios para a sociedade como um todo. Momento em que os autistas foram ganhando mais espaço e começaram a exigir o cumprimento da legislação e do seu direito de serem incluídos nos ambientes sociais.

Nesse processo, a biblioteca escolar não poderia se eximir da responsabilidade de assegurar e garantir a educação e qualificação profissional para as pessoas autistas, principalmente, em cumprimento aos planos de desenvolvimento nacionais e regionais que contribuirão para **Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. (ONU, 2019).

Nesta perspectiva, Gadia (2004), compreende o Transtorno do Espectro Autista como alteração no desenvolvimento, que afeta *déficits* qualitativos na interação social e na comunicação, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e um repertório restrito de interesses e atividades, havendo graus de comprometimento variados. Levando em consideração, que com o diagnóstico precoce e tratamentos podem melhorar significativamente o desenvolvimento dessa pessoa.

Portanto, conforme Macedo (2010, p.18):

A biblioteca escolar ativa é um órgão dinâmico, ágil e aberto ao usuário, que não limita o trabalho difusor de informações, mas estimula o acesso a seus serviços. Assim sendo, ela passa a ser um elemento indispensável para o processo de ensino-aprendizagem, pois tem função de auxiliar as atividades da escola fornecendo os suportes necessários aos alunos e professores contribuindo para o desenvolvimento do gosto pela leitura.

Para que os usuários com TEA tenham acesso aos produtos e serviços disponíveis na biblioteca escolar, esta deve atuar dentro da perspectiva das categorias de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática.

Assim, o bibliotecário tem o desafio de compreender o mundo da pessoa com TEA para planejar e pôr em prática o plano, programa ou projeto, visando desenvolver serviços e produtos apropriados para atender às necessidades informacionais das crianças e adolescentes autistas que estudam na escola em que atua.

Entretanto, tendo em vista que a sociedade é produto das constantes mudanças políticas, econômicas e sociais, e que seus impactos refletem no ambiente da biblioteca. É

relevante destacar a necessidade de o bibliotecário buscar na sua educação continuada conhecimentos mais específicos sobre acessibilidade e inclusão. Contribuindo, dessa forma, para que este profissional conheça as legislações e tecnologias assistivas que favoreçam a inclusão dos usuários com deficiência nas atividades desenvolvidas na rotina da biblioteca escolar.

Dessa forma, entende-se que saber lidar com a pessoa com deficiência vai além de objetivos institucionais, acadêmicos e mercadológicos. É uma questão de empatia e humanidade para com o próximo. Além do que, é um nicho de mercado que oportuniza maior absorção do bibliotecário no mercado de trabalho, visto que faltam profissionais com a expertise para lidar com esse tipo de pessoa, especialmente, aquelas com TEA.

Diante do exposto, a minha escolha por estudar a temática se deu por uma inquietação surgida ao participar de um *workshop* sobre autismo. Momento que a psicóloga explicava as dificuldades enfrentadas pela pessoa com TEA ao tentar ter acessos a ambientes públicos sociais, uma vez que a pessoa com TEA apresenta comprometimento na sua interação social, o que o leva a apresentar *déficit* de aprendizagem, conforme explicou a psicóloga com algumas indicações e formas de interação e inclusão. A partir desse *workshop* passei a refletir acerca de como ocorre à inclusão das crianças com TEA no ambiente da biblioteca escolar e quais as estratégias poderiam ser utilizadas pelo bibliotecário para oportunizar a essas crianças melhores condições de aprendizagem e interação com os demais colegas de escola.

Em continuidade, a escolha pelo tema foi reforçada também durante a minha participação como aluna na disciplina de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FORCOL) vivenciadas no sétimo período do Curso de Biblioteconomia da UFMA, no decorrer do ano 2019. Registra-se que nesta disciplina foram explorados o histórico, algumas legislações básicas, características, tipologias, dentre outros sobre a pessoa com deficiência incluindo os tipos de acessibilidade que a biblioteca deve priorizar durante o planejamento e execução dos serviços e produtos que sirvam aos interesses dos usuários com algum tipo de limitação ou deficiência, seja ela, permanente ou temporária. Logo, a opção de desenvolver o estudo no campo da biblioteca escolar, tomando como realidade empírica as Bibliotecas da “Escola SESI – Anna Adelaide Bello” e da “Escola Santa Teresa”, deu-se ao fato de não ter estagiado em bibliotecas escolares durante a minha formação acadêmica e por considerar este como um dos espaços basilares para o processo de inclusão escolar de uma pessoa com TEA.

A partir de então, passei a sentir a necessidade de pesquisar sobre acessibilidade e inclusão da pessoa com TEA no espaço da biblioteca escolar. Até porque estou a terminar um curso de graduação em Biblioteconomia que não deu muito enfoque para como o bibliotecário

possa atuar perante o usuário com deficiência. (PAULA; CARVALHO, 2009; COSTA, 2016; DINIZ, 2019). Daí passei a fazer as seguintes indagações que norteiam esta pesquisa: O que as bibliotecas maranhenses, especialmente as bibliotecas escolares estão desenvolvendo para a inclusão dos usuários com TEA? Como estão atuando, tendo em vista a carência de discussão no Curso de Biblioteconomia da UFMA sobre o assunto? Quais ações e atividades desenvolvidas pelas bibliotecas escolares para integrar as pessoas com TEA na sociedade?

Visando responder a tais indagações, foi estabelecido como objetivo geral desta pesquisa: analisar as expectativas e perspectivas do bibliotecário escolar diante do usuário com TEA. E, temos como objetivos específicos:

- a. Identificar o nível de conhecimento do bibliotecário em relação às características do usuário com TEA;
- b. Caracterizar o perfil de atuação do bibliotecário perante o usuário com deficiência;
- c. Verificar os serviços e produtos disponibilizados pela biblioteca escolar para o usuário com TEA;
- d. Identificar as expectativas do bibliotecário perante o usuário com deficiência.

Assim, este estudo visa contribuir teoricamente para enriquecer a produção científica sobre a temática que está muito escassa. Ao fazermos nosso levantamento bibliográfico no Scielo encontramos pouquíssimos relatos de pesquisa que contemplam “Biblioteca escolar e usuários com TEA”, como: Sampaio e Farias (2020), Santos e Diniz (2018) e Marcolino e Castro Filho (2014).

Para alcançar todos os objetivos, o presente trabalho está estruturado em seis capítulos, seguido por referências bibliográficas e apêndices.

Iniciando pela Introdução, primeiro capítulo, que descreve e esclarece a proposta do estudo, enfocando o objeto da pesquisa, assim como a problemática, os objetivos e a justificativa da escolha da temática.

Na sequência, temos o segundo e o terceiro capítulo, que retratam o recorte teórico da pesquisa. Segundo capítulo aborda sobre a compreensão acerca do Transtorno do Espectro Autista, delineando os principais conceitos de autismo, tendo com base o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à saúde (CID); apresenta um breve histórico, como ocorre o diagnóstico, quais os níveis de gravidade, algumas formas de tratamento e acompanhamento a ser feito.

O terceiro capítulo destaca a Biblioteca escolar inclusiva, abordando conceitos, leis e tipos de acessibilidade; descreve sobre a participação de usuários com autismo nas atividades

desenvolvidas na biblioteca e aborda a necessidade da formação continuada dos bibliotecários.

Na sequência temos a metodologia adotada para a pesquisa, que consiste no quarto capítulo. Nesta destaca-se que o presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica e exploratória com abordagem qualitativa, utilizou como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada (apêndice B).

O quinto capítulo descreve a realidade investigada, ou seja, os dados empíricos da pesquisa. Seguido do capítulo sexto que compreende as considerações finais. Por fim, contém as referências das obras utilizadas e o apêndice.

2 COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Nesta seção abordamos o enquadramento teórico sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) contextualizando as principais definições do mesmo tendo por base o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças (CID); um breve histórico sobre o surgimento de algumas terminologias utilizadas ao longo dos anos até a atualidade, bem como a influência dos movimentos de inclusão social de pessoas com deficiência, e algumas leis que asseguram os direitos dessas pessoas; aborda a descrição do diagnóstico; níveis de gravidade; e detalharmos as formas de tratamento e acompanhamento de um autista.

2.1 Definições de autismo / DSM e CID.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), é designado para o tratamento clínico e pesquisas psiquiátricas. É utilizado por profissionais da área da saúde para o diagnóstico de transtornos mentais, no qual aborda suas classificações. Conforme Alvarenga *et al.* (2009), foi publicado inicialmente em 1952, atualmente está na 5^o edição. Originalmente é publicado pela Associação Americana de Psicologia, mas também está disponível traduzida ao português, a 5^o edição, além da venda, encontra-se disponível gratuitamente em PDF. O DSM – 5 foi o pioneiro na criação da nova definição de Transtorno do Espectro Autista, e assim remodelando o diagnóstico do autismo.

A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10), segundo Laurenti *et al.* (2013), surgiu em 1983, mas já está sendo atualizado para o CID-11, que adota a nova definição de Transtorno do Espectro autista. O CID dispõe de códigos referentes à classificação de doenças, incluindo os seus sintomas e causas a cada estado de saúde. É publicada pela Organização Mundial de Saúde tem como objetivo a padronização dos códigos de doenças e problemas no geral relacionados à saúde.

Enquanto o DSM é voltado para transtornos mentais, o CID é para todos os tipos de doenças e transtornos, contudo, ambos descritos são sistemas de classificação da medicina utilizados como diretrizes diagnósticas para problemas de transtornos mentais.

O TEA consiste em um transtorno neurológico que ocasiona um *déficit* na interação social, comportamental e comunicacional. É válido destacar que existem muitas subdivisões deste transtorno, justamente por isso utiliza-se o termo “espectro”, para representar os vários

níveis de comprometimento podendo ser uma pessoa com condições associada à comorbidades, como deficiência intelectual e epilepsia, bem como uma pessoa independente, que leva uma vida sem apresentar explicitamente os sintomas. (PAIVA JÚNIOR, 2021).

Dessa forma, o termo TEA está relacionado com os déficits de comunicação, interação social e comportamental que variam, conforme a classificação do DSM-5, em níveis de gravidade intelectuais que são manifestados de forma distinta, como: severo, moderado e leve. Cabe ressaltar que o referido termo passou a ser utilizado na literatura sobre o assunto a partir de 2013 pela DSM-5. (PAIVA JÚNIOR, 2021; AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Assim, a criança já nasce com o TEA, mas em alguns casos os sintomas não são notados nos primeiros anos de vida. Cabendo aos pais ou responsáveis pela criança a procura por um especialista para fazer a avaliação, uma vez que o ideal é um diagnóstico precoce para que se possa dar início ao tratamento de intervenção.

Em continuidade, são notáveis as manifestações dos *déficits* do autismo diariamente na vida da criança. A dificuldade na comunicação/linguagem pode ser percebida com a ausência ou atraso no desenvolvimento da linguagem oral. Já no caso do *déficit* na interação social é comum ao autista, considerando a falta de mutualidade, a dificuldade na socialização e o comprometimento do contato com o próximo. Outro fator a destacar, é o *déficit* comportamental, onde o autista estabelece uma rotina que não pode ser rompida, onde é perceptível os movimentos repetitivos e as estereotípias, presentes na maioria dos casos. (SANTOS; VIEIRA 2017).

Diante do exposto, são evidentes as dificuldades enfrentadas pelo TEA e por sua família. Assim, torna-se necessário o acompanhamento e a ajuda de profissionais de várias especialidades para garantir que essas pessoas possam ter condições de conviver em sociedade enfrentando o mínimo de problema possível.

Nesta perspectiva, Botelho (2020, p. 145), discorre que:

Sabemos a importância de inserir as pessoas com transtorno do espectro autista na sociedade, no convívio com seus pares, que possam frequentar escolas regulares de ensino e até se tornar cidadãos economicamente ativos, porém ainda se fazem necessárias instituições de ensino especializadas com atendimento adequado desse grupo que possam atender efetivamente a parcela de autistas que não conseguem viver em grupo “regular”. São pessoas totalmente excluídas que necessitam de espaços de convivência e formação acadêmica adaptada às suas reais necessidades.

A história do convívio do autista na sociedade tem representado uma trajetória de enfrentamento contra o preconceito e o capacitismo, principalmente no que tange ao aspecto

terminológico. Neste, é de notar uma evolução de termos, siglas e definições que variam de acordo com o nível de conhecimento da ciência sobre o assunto, conforme discrimina o Quadro 1.

Quadro 1 - Definições de autismo

TERMO	SIGLAS	DEFINIÇÕES	FONTE
Transtornos Globais do Desenvolvimento	TGD	Comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento como interação social, comunicação, comportamento, interesse e atividades	DSM-IV (2003) CID -10 (1993)
Transtorno Invasivo do Desenvolvimento	TID	Utilizado para identificar pessoas com Autismo, síndrome de Asperger, Transtornos Invasivos do Desenvolvimento sem outras especificações (TID-SOE), por ser abrangente e incluir todos os diagnósticos do espectro	Williams e Wright (2008)
Distúrbio do Espectro do Autismo	ASD	Utilizado para identificar pessoas com Autismo, síndrome de Asperger, Transtornos Invasivos do Desenvolvimento sem outras especificações (TID-SOE), por ser abrangente e incluir todos os diagnósticos do espectro.	Williams e Wright (2008)
Espectro Autístico	----	Utilizado para designar condições autísticas e similares	Nilsson (2003)
Perturbações do Espectro do Autismo	PEA	Enominação utilizada para designar as muitas variantes e expressões parciais relacionadas a perturbação em pessoas com risco biológico e familiar semelhantes.	Ozonoff, Rogers e Hendren (2003)
Transtorno do Espectro Autístico	TEA	Utilizado para definir a "Triade de Wing", cujas características são semelhantes ao TGD, com a presença de outros transtornos associados e perda do desenvolvimento cognitivo e intelectual	Maza (2002)
Autismo		Utilizada pela National Society for Autistic Children e pela Organização Mundial da Saúde, contida na 9ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID), 1984, definindo o autismo, como sendo uma síndrome presente desde o nascimento e que se manifesta invariavelmente antes dos 30 meses de idade. Responde de maneira anormal a estímulos auditivos ou visuais, problemas quanto à compreensão da linguagem falada. [...] inabilidade de usar termos abstratos. [...] incapacidade na utilização social, tanto da linguagem verbal como da corpórea. [...] antes dos cinco anos de idade [...] incapacidade de desenvolver contato olho a olho, ligação social e jogos em grupo. [...] resistência a mudanças, [...], padrão de brincar estereotipado. [...]"10	GAUDERER (1997, p.8)
Autismo Infantil		Utilizada pela Associação Americana de Psiquiatria no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders-IV (DSM-IV), 1995, define o autismo como [...] marcante lesão na capacidade comunicativa e respostas bizarras a aspectos diversos do meio ambiente, [...] pode estar	

	AI	associado a doenças orgânicas. [...] indiferença ou aversão a afeto ou contato físico. [...] Na primeira infância [...] demonstra capacidade de desenvolver amizades ou brincar cooperativamente. [...] A linguagem pode estar totalmente ausente. [...] ligação a objetos estranhos [...] fascinação pelos movimentos pode ser exemplificada pelo olhar extasiado a ventiladores e o interesse exagerado por objetos em rotação. [...] Tarefas que envolvam memória de longo prazo – como lembrar a letra de uma canção ouvida anos atrás – podem ser realizadas com uma facilidade incrível.	
Transtorno Autista	TA	Idem Transtornos Globais do Desenvolvimento.	DSM-IV, 2003

Fonte: adaptação Oliveira (2010)

Assim, os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), manifestam-se nos primeiros anos de vida da criança, podendo estar relacionado ou não associado a algum grau de deficiência mental. Em casos específicos, podem ocorrer atrasos ou regressões do desenvolvimento psicomotor, além de perdas de habilidades e/ou já adquiridas, o TGD abrange o autismo e a psicose infantil. (RICARDO, 2019). Atualmente, não se usa muito esse termo, houve uma atualização do DSM e passou-se a utilizar o termo Transtorno do Espectro Autista, tendo em vista, que os sintomas são similares. (Quadro 1).

Em continuidade, o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) é apontado pela (DSM 4, 1995) como retardamento do desenvolvimento de habilidades sociais como a comunicação e a interação social. Neste caso, as pessoas com esse transtorno desenvolvem comportamentos estereotipados e repetitivos, apresentam dificuldades em criar ou mudar de rotinas. Destaca-se que o TID abrange os seguintes transtornos: autismo infantil, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação. (DSM- 4, 1995), conforme o Quadro 1.

Em seguimento, a Perturbação do Espectro Autismo consiste em uma perturbação crônica do neurodesenvolvimento com uma origem multifatorial, que desenvolve *déficit* na comunicação e na interação social, apresentando padrões de comportamentos restritos e repetitivos, influenciados por fatores genéticos e ambientais. (RIBEIRO, 2015).

No que tange ao Transtorno do Espectro Autístico, a DSM-5 (2014) destaca que este compreende os transtornos que anteriormente eram chamados de: Autismo Infantil, Autismo de Kanner, Autismo de alto funcionamento, mescla o Transtorno Autista, Transtorno de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento. Ou seja, consiste em um transtorno no desenvolvimento neurológico, onde o seu grau de comprometimento varia do leve, moderado ao severo. Afeta as habilidades sociais apresentando comportamentos estereotipados e

dificuldade para se comunicar, podendo, em alguns casos, desenvolver epilepsia e transtorno do *déficit* de atenção com hiperatividade.

A CID - 11, foi atualizada recentemente no mês de janeiro de 2022. Diferentemente da CID – 10, Que classifica o autismo dentro de Transtornos Globais do Desenvolvimento. A nova versão reuniu todos os diagnósticos dentro de TEA.

Portanto, o TEA passou a ser classificado da seguinte forma:

- 6A02.0** Transtorno do espectro autista sem transtorno do desenvolvimento intelectual e com comprometimento leve ou nenhum da linguagem funcional;
- 6A02.1** Transtorno do espectro autista com transtorno do desenvolvimento intelectual e com comprometimento leve ou nenhum da linguagem funcional;
- 6A02.2** Transtorno do espectro autista sem transtorno do desenvolvimento intelectual e com linguagem funcional prejudicada;
- 6A02.3** Transtorno do espectro autista com transtorno do desenvolvimento intelectual e linguagem funcional prejudicada;
- 6A02.5** Transtorno do espectro do autismo com transtorno do desenvolvimento intelectual e com ausência de linguagem funcional;
- 6A02.Y** Outro transtorno do espectro do autismo especificado;
- 6A02.Z** Transtorno do espectro do autismo, não especificado. (CID – 11, 2022).

É notório que muitos termos sofreram uma fusão, de acordo com a DSM-5 (2013) e CID - 11 (2022) a nova estrutura deve melhorar a capacidade do clínico para identificar os diagnósticos em um espectro de transtornos baseado em circuitos neurais, vulnerabilidade genética e exposições ambientais comuns. Assim, em decorrência surgiram vários termos e definições, onde alguns são definidos pela DSM e CID.

2.2 Breve Histórico

O termo Autismo origina-se do grego que significa “voltar-se para si mesmo”. A expressão criada para caracterizar as manifestações de comportamento de esquizofrenia. O pioneiro a utilizar o termo foi o psiquiatra austríaco Eugen Bleuler, em 1911, para designar o desinvestimento em relação ao mundo exterior, ocorrendo uma perda de contato com a realidade e a impossibilidade de comunicação com os demais. (MOTTA, 2017).

O Autismo Infantil foi denominado por Kanner, em 1943, a princípio nomeado como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, apresentando como características de comportamentos bem típicas, sendo elas: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente normal, comportamentos

ritualísticos, início precoce e incidência dominante no gênero masculino. Nos estudos iniciais, a causa do autismo foi apontada como uma forma de Esquizofrenia e a Psicose Infantil, mas atualmente têm outras abordagens como a predisposição genética, fator biológico ou médico, e denominado como Transtorno do Espectro Autista. (TAMANAH *et al.*, 2008).

O psiquiatra Michael Rutter, em 1978 classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, tendo por base quatro critérios: o primeiro é o atraso e desvio sociais não só deficiência intelectual; o segundo são os problemas de comunicação não só em função de deficiência intelectual associada; terceiro são os comportamentos incomuns, e o quarto, o início antes dos 30 meses de idade. As classificações características são fundamentais para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado do paciente. (KLIN, 2006).

Já Hans Asperger, em 1943, expõe a sua tese de livre docência na Faculdade de Medicina, que consiste sobre uma síndrome que foi nomeada de Psicopatia autística infantil. Síndrome identificada quando o paciente apresentava dificuldades de integração social desde a fase infantil. Portanto, existe diferença das descritas por Kanner, possuíam um bom nível de inteligência e linguagem e os sintomas apareciam após o terceiro ano de vida. (DIAS, 2015).

Assim, o movimento de inclusão iniciou-se na segunda metade da década de 1980, favoreceu a instituição de políticas que garantissem o acesso universal à educação. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos com vistas no desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação do trabalho (CHIOTE, 2013). Antes a sociedade delimitava o lugar das crianças com autismo a intervenções em espaços clínicos, mas com a pressão para que houvesse o acesso à educação inclusiva, ganhou mais visibilidade, tendo em vista que a criança tem direito de inclusão em todos os espaços e assegurando o seu direito à educação. E esse direito a educação perpassa o conceito de ir para a escola, significa aprender significativamente, participar de todas as atividades, e ter o sentimento de pertencimento naquele local.

De acordo com Zorzetto (2011), em 1998 a revista Lancet, uma das revistas mais antigas e conceituada do mundo da área da medicina, publicou que a vacina da tríplice viral que é contra a rubéola, sarampo e caxumba, causassem prejuízos no desenvolvimento mental, ou seja, levassem ao desenvolvimento do autismo. Explicitou-se fraude, e em 2010 a licença médica de Wakefield foi cassada, o seu artigo foi desmentido.

Portanto, a falsa publicação e sem nenhum fundamento científico, acarretou em diversos danos, principalmente o psicológico dos pais que acreditavam que os filhos vacinados poderiam ter desenvolvido autismo, e para a saúde pública, após a publicação muitos pais não vacinaram mais seus filhos, e impossibilitando o controle epidemiológico.

Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.764/27 (BRASIL, 2012), que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, desta forma, visa preservar os direitos dos autistas e ter acesso brevemente ao diagnóstico, terapias, tratamentos, acesso à educação, entre outros. A lei é uma conquista, tendo em vista que garantem os direitos como acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), considerando que muitos pais não têm condições financeiras para manter as consultas, medicamentos e o acompanhamento com os profissionais, além de exigir que a escola mantenha a matrícula desse aluno.

Em 2015, surgiu a Lei nº 13.165/15 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destina assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL 2015). Os direitos das pessoas com autismo é assegurado também por essa lei.

No Brasil anteriormente não havia um indicador de estudo estatístico oficial no qual tenha abrangência do quantitativo de autistas no país. Segundo a Revista Autismo, o único trabalho brasileiro neste sentido, foi um estudo-piloto, em 2011, no interior de São Paulo, na cidade de Atibaia, que resultou em 1 autista para cada 367 crianças, a pesquisa foi feita num bairro de apenas 20 mil habitantes daquela cidade, coordenado pelo médico Marcos Tomanik Mercadante, psiquiatra da infância e adolescência, referência em autismo no país, falecido em 2011. (PAIVA, 2019). No entanto, foi sancionada a Lei 13.861, de 2019, que dispõe de censos demográficos para serem realizados a partir do ano de 2020, denominado como Censo 2020, no qual é obrigatória a coleta de dados sobre as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), regido pela Lei de nº 13.861/2019. (BRASIL, 2019). Desta forma, o Censo não foi realizado no ano de 2020, segundo informações do IBGE, atualmente em 2022 será realizada a coleta dos dados. Contudo, o Censo é mais uma conquista para a comunidade autista, incluindo os familiares, por meio dele identifica-se o quantitativo de autistas no país e as idades correspondentes, e assim, ajudará e facilitará as pesquisas na área, e haverá um maior investimento em tratamento adequado, e métodos inclusivos.

É evidente que ao longo do tempo os autistas foram ganhando espaço, através dos resultados dos estudos proporcionaram um tratamento adequado, a partir dos sintomas apresentados. Os movimentos de inclusão e as criações das políticas preservam e asseguram os seus direitos como cidadãos.

2.3 Diagnóstico e níveis

O diagnóstico deve seguir os critérios estabelecidos pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) ou pela Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (CID-11) para que haja o tratamento adequado de acordo com as especificidades.

É realizado de forma clínica, através de uma avaliação e acompanhamento com um especialista, é feita uma entrevista com os pais e observação da criança, é levado em conta toda a característica comportamental, interação social, e o histórico da criança, os pais são os aliados dos profissionais, pois é por meio deles que o especialista vai obter detalhadamente as informações desejadas.

Se observado precocemente os sintomas, mais rápido será o diagnóstico. As características do TEA apresentam-se antes dos 3 anos, tornando-se mais notória a partir do não desenvolvimento verbal e a falta de interação social. Apresentam dificuldades em manifestações de interesses, sentimentos e afetos.

Para elaboração do diagnóstico e tratamento, observam-se os seguintes indicadores comportamentais do TEA:

- A. a repetição de palavras, denominada de ecolalia;
- B. a criação de rotinas, criam rituais diários, dificuldade em mudanças até mesmo na alimentação, os comportamentos geralmente são sistematizados, caso haja qualquer mudança na rotina, podem manifestar crises de grito, choro;
- C. os sentidos delicados que desenvolvem sensibilidade intensa diante de sons, luzes que piscam, objetos com textura, bem como rejeição ao contato visual;
- D. a manifestação motora que ocorre nas estereotípias, observação e atenção intensa a detalhes.

Posteriormente, as causas ainda eram desconhecidas, sobretudo, porém, vários estudos já relatam que as causas são decorrentes de fatores genéticos. De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2014, p. 53):

As equipes multi/interdisciplinares que avaliam os indivíduos com TEA não devem se esquecer de que o referido transtorno pode recorrer na mesma família. Quando o quadro clínico é muito grave com o paciente muito comprometido, é claro que a recorrência propicia um impacto muito maior na família e na sociedade. Portanto, nestas situações deve-se ter na família, o que indica, assim, a existência de um risco de recorrência alto. Tais riscos, em algumas situações podem chegar a 50%. Nos 80% de casos nos quais não se identifica uma possível causa, a recorrência entre irmãos é da ordem 8% a 10%, conforme considera o espectro menos ou mais amplo.

A citação anterior comprova a existência de uma predisposição genética para o desenvolvimento do autismo. Assim, discorre Paiva Júnior (2021, p. 8):

[...] um trabalho científico de 2019 demonstrou que fatores genéticos são os mais importantes na determinação das causas (estimados entre 97% e 99%, sendo 81% hereditário — e ligados a quase mil genes), além de fatores ambientais (de 1% a 3%) ainda controversos, que também podem estar associados como, por exemplo, a idade paterna avançada ou o uso de ácido valpróico na gravidez. Existem atualmente 1.003 genes já mapeados e implicados como possíveis fatores de risco para o transtorno — sendo 102 genes os principais.

Desta forma, percebe-se que o maior fator do autismo está relacionado à genética, tendo em vista que é associado a fatores genéticos, biológicos ou condições médicas. A intervenção no acompanhamento pode envolver profissionais de diversas áreas, sendo eles: psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, fisioterapeutas, psiquiatras, entre outros.

Segundo a DSM-5, a gravidade do TEA é baseada em prejuízos na comunicação social e em padrões restritos ou repetitivos de comportamento. É descrita em níveis de acordo com a gravidade intelectual, conforme demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 - Níveis de Gravidade do TEA

NÍVEL	COMUNICAÇÃO SOCIAL	COMPORTAMENTOS RESTRITOS E REPETITIVOS
SEVERO	<i>Déficits</i> graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.

MODERADO	<i>Déficits</i> graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
LEVE	Na ausência de apoio, <i>déficits</i> na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente mal sucedidas.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Fonte: adaptação DSM-5 (2014, p. 52).

As especificidades variam de acordo com o nível de gravidade do TEA, segundo (PAPIM; SANCHES, 2013, p. 21) as dificuldades na comunicação abrangem atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem, sendo eles, repetir palavras e frases, denominada como ecolalia; inverter os pronomes; dar respostas deslocadas do contexto da pergunta; não responder quando lhe é mostrado algo; não utilizar gesto ou utilizar muito pouco; apresentar fala monótona ou cantada, ou seja, o uso da prosódia; não compreender as tonalidades da língua como o sarcasmo ou provérbios.

Desta forma, são notórias as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com TEA, inclusive no atraso na fala, considerando a importância do acompanhamento com profissionais que incentivam os estímulos, através da realização das atividades que agregam melhora no desenvolvimento de aprendizagem, interação social, comportamental e comunicacional.

2.4 Tratamento e acompanhamento

Após o diagnóstico é iniciado o tratamento, desta forma, o tratamento da pessoa com TEA deve oferecer recursos e alternativas para que se ampliem os seus laços sociais. Deve ampliar suas formas de se expressar e se comunicar, favorecendo sua inserção em contextos diversos. (BRASIL, 2015, p. 75).

Cada autista possui as suas individualidades, por essa razão os trabalhos multidisciplinares com os diversos profissionais favorecem no desenvolvimento cognitivo, sensorial, emocional, comunicacional, motor e rotinas. As intervenções são efetuadas para limitar os comportamentos involuntários e impróprios, os profissionais devem manter diálogos entre si, alinhando os métodos para melhores resultados sem que um se sobreponha ao outro.

Assim, a seleção do método a ser realizado no tratamento e a avaliação periódica e sua eficácia devem ser realizadas de forma conjunta entre toda a equipe e a família do paciente, devendo haver boa comunicação entre ambos, e assim garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como beneficiando a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde. (BRASIL, 2014).

Destaca-se que o autismo não tem cura, mas há um tratamento permanente. Portanto, se a pessoa com autismo for diagnosticada precocemente e tiver um acompanhamento adequado, a tendência é que essa pessoa tenha um bom desenvolvimento. Dessa forma, o tratamento deve ser realizado conforme o nível de gravidade: severo, moderado e leve, como descrito no tópico anterior. Objetivando promover e estimular o autista a ter uma vida com mais autonomia e independência no seu dia-a-dia, ultrapassando suas dificuldades.

Como formas de tratamento do TEA, temos: **ABA** (Análise Comportamental Aplicada), método **TEACHH** (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à Comunicação), método **PECS** (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras) e a **Biblioterapia**, conforme destacaremos a seguir.

O sistema **ABA** (Análise Comportamental Aplicada), de acordo com Bezerra (2020, p. 23), consiste em um sistema de reforçamento e determina os níveis de ajuda (dicas), que serão delineados no tópico seguinte, pretende que o indivíduo possua o mínimo de contato possível com o erro quando for direcionado a fazer algo. Enquanto o seu aprendizado vai sendo consolidado, as dicas vão sendo dissipadas até que o indivíduo efetue a atividade com independência, sem nenhuma necessidade de ajuda.

Atualmente o ABA é considerado como um dos tratamentos mais eficazes e mais utilizados, pois objetiva reduzir os comportamentos que afetam o desenvolvimento do indivíduo e aperfeiçoa novas habilidades como a capacidade de interação social, motora cognitiva, e a linguagem.

O método **TEACCH** (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à Comunicação) é um programa que envolve as esferas de atendimento educacional e clínico, em uma prática com abordagem psicoeducativa, tornando-o por definição, um programa transdisciplinar. (KWEE *et al.*, 2009, pág. 218).

O método foi desenvolvido para trabalhar problemas relacionados à comunicação. Tem como técnica o uso de imagens, caso a criança seja alfabetizada utiliza-se textos. Esses estímulos visuais ajudam no desenvolvimento da comunicação, capacidade de compreensão e na realização das tarefas diárias.

O método **PECS** (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras), se adéqua aos pacientes que têm dificuldade ou limitação na fala. Para que este possa se expressar por meio dos estímulos visuais, utilizando figuras, desta forma, levando a pessoa a desenvolver uma comunicação verbal.

Levy *et al.* (2018), discorrem que de acordo com o protocolo da PEC, na Fase 1, inclui a troca de uma figura com um parceiro de comunicação por um item correspondente desejado. São usadas as ajudas físicas totais, que são desfeitas de acordo com o desempenho do estudante. Já na Fase 2, as crianças aprendem a iniciar a troca para receber o item pretendido e a caminhar uma distância, para dar a figura a um parceiro de comunicação. Ao todo são 6 fases, a última consiste em responder as perguntas realizadas, a partir das figuras, como por exemplo o que é isso? E eles aprendem a construir a fala por meio das respostas.

A **Biblioterapia** é um programa que utiliza a leitura associando-a a outras atividades para realizar um tratamento para problemas emocionais, juntamente com o profissional adequado a cada situação. (SOUSA, 2012). Assim, além de fomentar a prática da leitura, a Biblioterapia atua de forma terapêutica. Ou seja, a Biblioterapia consiste em um método coadjuvante da cura pelo diálogo ativado pelo uso de diferentes tipos de materiais informacionais, que podem auxiliar tanto no tratamento quanto na prevenção dos males do físico e da mente. (SILVA *et al.*, 2012, p. 3).

Isto porque a leitura envolve o emocional, estimula a linguagem, além de ser um aliado para desenvolver a comunicação e o comportamento. Assim, o desenvolvimento das atividades biblioterapêuticas pode ser um excelente recurso para o desenvolvimento intelectual do autista, uma vez que seus elementos são trabalhados para chamar a atenção e

fazem uso de uma narrativa por meio da mediação de leitura que prende a concentração e desperta o imaginário dos usuários com autismo, contribuindo para o desenvolvimento interpretativo e crítico.

Além disso, existem outras formas de terapia assistidas, como por exemplo, com animais, processamento sensorial, musicoterapia, arteterapia, entre outras. Os tratamentos devem envolver conhecimento e criatividade, sendo desenvolvidos por meio de atividades lúdicas, podem ser elaborados em forma de jogos e brincadeiras. Tendo em vista que o autismo não tem cura, o tratamento proporciona uma qualidade de vida melhor, podendo diminuir os sintomas.

3 BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca escolar objetiva a disseminação da informação e do conhecimento, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem, priorizando o incentivo a leitura, a pesquisa e o desenvolvimento do senso crítico dos alunos.

Sendo assim, Côrrea *et al.* (2002) disserta que:

A biblioteca escolar é um sistema no qual encontram-se acessíveis as fontes de informações, onde estão armazenados os registros do conhecimento humano dos diferentes séculos, devendo atender à alunos no contexto escolar. Destaca-se como importantíssimo instrumento de apoio didático-pedagógico e cultural, levando em consideração a grande proximidade dela no processo de ensino-aprendizagem, onde esta necessidade está inteiramente ligada aos esforços dos educadores e não apenas construindo um apêndice para a escola.

Diante o exposto, a mesma é uma grande aliada da escola, é um lugar educativo, social e criativo, oferecendo recursos para a pesquisa. Não é um lugar só para alunos, mas também dos professores que podem trabalhar em parceria com os bibliotecários elaborando atividades que promovam a pesquisa, mediação e incentivo a leitura, essa interação dos professores favorece também no incentivo aos alunos que passam a frequentar mais a biblioteca.

Portanto, a biblioteca escolar não se resume apenas à conservação da cultura e da memória, envolve as ações como a organização, a disseminação e a recuperação de informações, e viabiliza um ambiente de compartilhamento, tendo foco na apropriação que resulta das ações de mediação desenvolvidas no âmbito desse equipamento informacional. (SALA; FILHO, 2020). A biblioteca escolar é um ambiente cultural, promove mediação de leitura, possibilita o acesso à informação, desenvolve ações, projetos e atividades sendo um espaço de interação e compartilhamento de saberes.

Nesse contexto, é notória a importância do professor incentivar os alunos ao uso da biblioteca, utilizando para práticas pedagógicas, participando no desenvolvimento das atividades e contribuindo na formação do leitor. A biblioteca escolar deve dispor de diversos materiais para satisfazer as necessidades informacionais dos usuários.

Dentre as atividades desenvolvidas na biblioteca escolar está o fomento de acesso à cultura e o incentivo à leitura aos alunos e professores, mediante a disponibilização de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Os bibliotecários precisam atuar em conjunto com outros departamentos da escola, servindo como um centro ativo de aprendizagem. É de suma importância que a biblioteca seja uma ferramenta de inovação

educacional e atue de forma mais dinâmica e intensamente na vida dos estudantes. (VIEIRA, 2013, p. 16).

Desta forma, destaca-se a importância do papel da biblioteca escolar no ensino-aprendizagem, dando importância que deve haver um trabalho previamente planejado envolvendo os professores e gestores da escola.

A biblioteca escolar deve ser um ambiente confortável e desenvolver atividades criativas para que os usuários possam fazer as suas pesquisas e leituras de forma prazerosa, para que sejam mais participativos.

3.1 Biblioteca escolar como espaço de inclusão

A educação inclusiva teve seu impulsionamento com a Lei nº 9.396/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Esta assegura o direito à educação para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, seja na modalidade de ensino regular ou especial. A partir de então, as políticas de educação inclusiva passaram a ganhar cada vez mais força e visibilidade. Neste contexto, a biblioteca está incluída nesse segmento por está integrada a escola, no entanto, deve trabalhar em prol da inclusão para os usuários com deficiência e atender às suas necessidades informacionais.

A Lei de nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, Art. 3º, compreende a acessibilidade como direito dos cidadãos, visando garantir condições que assegurem os cidadãos, como segurança e autonomia, inclusive seus sistemas e tecnologias. (BRASIL, 2015). Em consonância, a biblioteca deve dispor de um ambiente que seja acessível, onde o usuário possa se locomover sem ter que enfrentar obstáculos e que seja atendido por bibliotecários capacitados para compreendê-lo.

Neste contexto, a biblioteca escolar tem a responsabilidade de garantir ao usuário com deficiência o seu acesso à informação. A mesma deve dispor de recursos metodológicos e tecnológicos voltados para acessibilidade desse tipo de usuário, de forma que permita aos mesmos uma melhor interação e maior autonomia. Deve possuir políticas de formação e desenvolvimento de coleções e normas voltadas para acessibilidade e inclusão, dentre outros.

Tendo em vista que a biblioteca precisa dispor de acessibilidade, é essencial evidenciar que existem diversos tipos de acessibilidade, sendo elas: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. Conforme o quadro a seguir, podemos compreender cada uma delas.

Quadro 3 - Espectro da acessibilidade

ESPECTRO DA ACESSIBILIDADE	DEFINIÇÕES PRÁTICAS E EXEMPLOS	RELACIONADOS ÀS ESCOLAS
ACESSIBILIDADE ATITUDINAL	Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.	Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA (TAMBÉM CONHECIDA COMO FÍSICA)	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.	Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras.
ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA (TAMBÉM CONHECIDA COMO PEDAGÓGICA)	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.	É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.
ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).	Ocorre quando a escola promove processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior. Muitas vezes esses estudantes não têm conhecimento dos seus direitos e, em razão disso, não vislumbram a possibilidade de acessar a universidade. Essa acessibilidade se expressa, também, toda vez que novas leis, decretos, portarias são criadas com o

		objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos.
ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL	Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva).	Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante.
ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).	Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença do intérprete na sala de aula em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade.

Fonte: Adaptação Ministério da Educação (2013).

Em síntese, o quadro aponta os tipos de acessibilidades, suas definições práticas e exemplos, e suas relações adotadas nas escolas. Desta forma, abaixo descreve-se seus conceitos e aplicações.

A acessibilidade atitudinal consiste em eliminar comportamentos e ações preconceituosas que possam dificultar a integração da pessoa com deficiência na sociedade. Em relação à acessibilidade arquitetônica, esta contempla a eliminação de barreiras físicas que impeçam o acesso e locomoção dessas pessoas nos espaços públicos e privados. A acessibilidade instrumental objetiva superar obstáculos por meio de instrumentos que auxiliem na realização de trabalhos, estudos de lazer. Referente à acessibilidade metodológica, também reconhecida por pedagógica, se reporta à eliminação de obstáculos na sistemática de ensino, destina-se a adaptação curricular, e no desenvolvimento das atividades e ações escolares que utilizam recursos para a inclusão dos alunos com deficiência. Quanto à acessibilidade programática, esta consiste em se priorizar nas normas, decretos e leis os direitos das pessoas com deficiência.

Portanto, compreende-se que a biblioteca escolar deve garantir os aspectos de acessibilidade supracitados, é um direito do usuário que a biblioteca facilite o seu acesso e proporcione a satisfação das suas necessidades informacionais.

Dessa maneira, para a biblioteca incorporar a perspectiva de inclusão, deve utilizar como aliada a tecnologia assistiva, que proporciona maior autonomia aos usuários que precisam. Contudo, é necessário que ocorra a divulgação desses recursos, para que se tenha

mais informação e conhecimentos da disponibilização, e assim, mais eficiência e independência nas leituras e pesquisas.

3.2 Biblioteca escolar e o usuário com Autismo

A biblioteca escolar consiste em um desafio e ao mesmo tempo um privilégio para o bibliotecário compreender e desenvolver métodos apropriados para atender as necessidades informacionais das crianças e adolescentes que possuem TEA. Isto é de fundamental importância, visto que a biblioteca pode ser considerada uma das primeiras instituições de acesso ao conhecimento ainda na infância, portanto, o seu gestor e toda a sua equipe devem priorizar os usuários com TEA com serviços/produtos com qualidade e que atendam as suas especificidades. (SAMPAIO; FARIAS, 2020, p. 120).

Dessa forma, a biblioteca deve ser um ambiente acessível, que desenvolva atividades lúdicas e atenda às necessidades desses usuários, tornando-os usuários reais.

Dessa maneira, a Lei nº 12.764/12 Art. 7º discorre que o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com TEA ou de pessoas com deficiência, ocorrerá em punições. (BRASIL, 2012). Diante disso, a biblioteca como componente escolar deve desenvolver medidas e atividades para que ocorra a integração desse grupo de alunos, portanto, deve ser um local inclusivo e acolhedor.

A biblioteca escolar é uma fonte produtiva de cultura, informação e conhecimento dispõem ao aluno um ambiente adequado à formação e desenvoltura do hábito de leitura e pesquisa, e oferecem ao professor o material essencial para a realização dos trabalhos escolares. Na sociedade contemporânea, a biblioteca escolar, por ser espaço de disseminação de conhecimento, precisa ser ágil, dinâmica e funcional para atender a real necessidade da programação escolar. (MACEDO, 2010, p. 16).

No entanto, sendo um local de disseminação de informação, conhecimento e incentivo a leitura deve estar sempre em constante transformação, no sentido que possa atender todos os usuários de forma satisfatória e inclusiva, desenvolvendo atividades lúdicas e inclusivas para todos os públicos, incluindo os usuários com TEA.

De acordo com FARIAS (2019, p. 15):

Apesar do avanço da escolarização para as pessoas com deficiência nas escolas regulares inclusivas, ainda se percebe a necessidade de avançar nas capacitações de profissionais que têm contato direto e indireto com estes alunos. O ambiente escolar e as bibliotecas precisam ser plenamente inclusivos e acolhedores para todas as pessoas, sem distinção.

Entretanto, percebe a necessidade das capacitações profissionais e disciplinas voltadas para acessibilidade no currículo, para que o profissional consiga atender a demanda dos usuários com deficiência.

Conforme Diniz (2019, p. 572):

Considerando a atuação em bibliotecas no Brasil, é muito raro encontrarmos um bibliotecário com esse perfil, situação decorrente do não trato pedagógico dos cursos de Biblioteconomia e da ausência de educação continuada desse profissional em torno de questões como acessibilidade, diversidade e inclusão.

Portanto, surge a necessidade de disciplinas no curso de Biblioteconomia que abordem questões sobre acessibilidade e inclusão. E, que profissionais, já no mercado de trabalho, priorize sua educação continuada também nessa área. Desta forma, não haveria dificuldade em elaborar medidas e atividades lúdicas para usuários com deficiência.

“A diversificação de materiais tecnológicos usados com crianças com autismo oportuniza mais entendimento e proporciona a elas maior vontade de estar participando da atividade, gerando mais interesse”. (FARIAS, 2019, p. 17). As atividades desenvolvidas para usuários com o transtorno do espectro autista vão ser desenvolvidas dependendo da necessidade de cada um, se ele for mais visual ou sensorial existem livros sonoros e livros sensoriais que podem ser usados. Entreter esse usuário de forma lúdica vai facilitar a relação dele com a biblioteca e pode até melhorar a sua aprendizagem escolar.

Seguindo esse conceito, Subramaniam *et al.* (2013, p. 4, tradução nossa) ressalta que:

Na construção de políticas de serviço, os bibliotecários escolares devem manter uma perspectiva de diversidade para garantir que a biblioteca escolar seja um lugar seguro e confortável onde todos os alunos se sentem bem-vindos para acessar informações e participar de forma significativa.

O acesso a informação é direito de todos, sendo assim, a biblioteca escolar deve ser esse ambiente acolhedor e inclusivo que garante atender a diversificação dos usuários sem distinção, de forma que o usuário se sinta à vontade e colhido, e assim, tornando-se participativo nas atividades desenvolvidas pela biblioteca.

“[...] interação entre o bibliotecário escolar e o aluno à medida que eles constroem uma relação em torno da alfabetização é tão crítica para os alunos com deficiência quanto para qualquer outro aluno”. (SUBRAMANIAM *et al.*, 2013, p. 6, tradução nossa). É de suma importância trabalhar a linguagem literária com os usuários, é através dela que gera o desenvolvimento intelectual, desperta o interesse pela leitura. Não deixando de lado a importância da parceria com o psicopedagogo, para melhor desenvolvimento na alfabetização desse aluno.

Sendo assim, MACEDO, (2010, p. 26) descreve:

O bibliotecário e o professor devem trabalhar em sintonia, pois ambos são educadores que devem interagir e compartilhar conhecimentos e práticas visando um processo educativo coeso, tendo a biblioteca escolar como parceira. O bibliotecário deve repassar o projeto da biblioteca, os serviços e divulgar a programação para os professores.

Essa dinâmica de interação e troca de conhecimento e experiências é necessária e eficaz para atender de forma satisfatória o usuário com TEA, proporcionando acesso aos serviços oferecidos pela biblioteca, além de garantir melhoria no avanço da escolarização.

Segundo Santos *et al.* (2017, p. 1876):

Considerando as bibliotecas escolares, para atender aos estudantes autistas, incluindo-os no ambiente escolar, contemplando seus direitos de ter serviços eficazes para potencializar o seu desenvolvimento cognitivo, comportamental e social torna-se um desafio para os profissionais de biblioteca. A falta de habilidade social dos estudantes com espectro autista os mantém resistentes à quebra de rotinas e mudanças bruscas do ambiente, mantendo-se restritos às suas zonas de interesse muito específicas, causando implicações no trabalho a ser desenvolvido com eles no espaço da biblioteca.

Os usuários com TEA têm por direito a participação das atividades desenvolvidas na biblioteca e necessitam de todo apoio. Portanto, o gestor da biblioteca deve criar meios acessíveis que possibilitam a integração do aluno, tornando o ambiente mais agradável e resultando na interação do usuário com TEA na biblioteca.

Em conformidade, Santos *et al.* (2017) discorrem que para elaborar essas ações, o gestor da biblioteca precisa buscar formação no assunto e não somente em tecnologias assistivas, para que estejam preparados para as reações dos usuários com TEA, pois a ação física e emocional de cada um varia. Alguns estudiosos acreditam que em certas situações não devemos contrariar, já outros defendem a ideia que a noção é de que há comportamentos que precisam ser controlados.

São notórias as especificidades dos usuários autistas e a necessidade do investimento em formação continuada para melhor atendê-los, sendo assim, o bibliotecário pode verificar com a ajuda dos familiares, ou até mesmo com os profissionais na saúde que atendem esses usuários, sobre quais são as manifestações informacionais de interesse deles. O trabalho em conjunto tem maior garantia à dinâmica escolar também influencia de forma positiva, tendo em vista que os desenvolvimentos de atividades realizadas com o psicopedagogo geram resultados significativos no desenvolvimento intelectual, social e motor desses alunos.

3.3 Bibliotecário escolar – Formação continuada

A sociedade sempre passa por constantes mudanças em todos os âmbitos e afeta diretamente o mercado de trabalho. O impacto perpassa com os avanços tecnológicos, se manifesta nas formas de adequação das metodologias de trabalhos, tendo em vista, a intensidade que o conhecimento está sendo produzido.

Conforme Belinato *et al.* (2017):

O foco da profissão do bibliotecário foi moldado com tempo. A ideia predominante que se tinha era a de guardar e não perder o que estava sendo guardado. O histórico da profissão perpassou desde a organização dos tabletes de argila na antiguidade até chegar a contemporaneidade com a organização dos registros na internet.

Deste modo, a profissão do bibliotecário também está inserida nesse cenário de mudanças, diante desta necessidade, somente a formação acadêmica não é apontada suficiente, levando em consideração os avanços tecnológicos, as demandas informacionais dos usuários, e que estão cada vez mais autônomos com os métodos de busca por conhecimento, mas não descartando o auxílio do bibliotecário.

Quanto ao bibliotecário escolar, é um agente transformador, que contribui para a formação do leitor, desempenha uma função cultural na biblioteca, tem a responsabilidade na formação escolar da criança e do adolescente.

Desta forma, o bibliotecário escolar, como mediador, que estar inserido no âmbito escolar, deve conhecer e participar das propostas curriculares, além de fazer da biblioteca um espaço integrado à escola, resultando em momentos de descoberta, alegria, criatividade, reflexões, debates, questionamentos, aprendizagem e prazer. (BICHERI; JÚNIOR, 2013).

Ademais, o bibliotecário estar preparado para atuar na biblioteca escolar dispondo de métodos inclusivos para trabalhar com os usuários que precisam de uma atenção diferenciada, criando estratégias de integração nas atividades desenvolvidas na biblioteca e satisfazendo a necessidade de cada um. Tem que está por dentro do plano político pedagógico para poder atender as demandas dos usuários, incluindo a dos professores.

Em consonância com a NBR 15599 (ABNT, 2008), que é a norma que fornece diretrizes gerais a serem observadas para acessibilidade em comunicação na prestação de serviços. Portanto, o bibliotecário deve obter uma capacitação para melhor atender as pessoas com deficiência e não limitar o acesso aos serviços oferecidos.

De acordo com Garcez (2014, p. 12):

[...] ao atuar na escola, o bibliotecário precisará de outros conhecimentos além daqueles advindos de sua formação profissional. Parece-nos que dele serão exigidos conhecimentos do planejamento pedagógico da instituição, das disciplinas, dos alunos, dos professores, dos gestores da escola e das famílias dos alunos. Ou seja, da relação da biblioteca com questões próprias do meio escolar. Esse conhecimento deve estar amparado nas normas que estabelecem o funcionamento da escola (regulamentos, Projeto Pedagógico (PPP), regimentos, etc.), nos programas de leitura, programas de biblioteca, programas do governo federal, como o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) entre outros. Tais conhecimentos ajudarão o bibliotecário a entender melhor o papel da biblioteca, o seu próprio papel e o de ambos na escola e a vinculação destes com a sociedade.

O bibliotecário escolar está incorporado no âmbito educativo que demanda uma assídua interação com jovens e crianças. Assim sendo, esses sujeitos manifestam necessidades em diversos graus de intensidade provenientes do estágio que vivenciados, quer escolar, quer pelas transformações etárias. Da mesma forma, o estudante com autismo têm seus interesses informacionais, e deve ser atendido sem distinção.

São evidentes os frutos do progresso profissional obtidos mediante a educação continuada, não garante somente mais uma certificação e sim um investimento em adquirir mais informações e conhecimentos, agrega novos saberes, experiências e ideias. Desta forma, o bibliotecário consegue se posicionar melhor diante as diversas situações vividas na biblioteca.

Certamente, o perfil do bibliotecário escolar exige formação continuada para lidar com o público que é diversificado, utilizar e disponibilizar as tecnologias assistivas, variar e aplicar metodologias para que todos os usuários possam ser inseridos na biblioteca. Devem estar presentes e serem participativos das reuniões e decisões da escola, levando seus projetos e propostas inclusivas, fazendo parcerias com os professores para que promovam atividades conjuntas, incentivando a leitura, organizando o acervo e mobílias de forma acessível e que deixe os usuários mais confortáveis, sendo criativo e fazendo com que a biblioteca tenha mais visibilidade e todos tenham acesso.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo abordamos a caracterização dos campos de pesquisas (Escolas: SESI – Anna Adelaide Bello e Santa Teresa); a descrição da construção e aplicação do instrumento de coleta de dados; e, por fim, a caracterização dos sujeitos investigados.

4.1. Caracterização do campo de pesquisa

Neste subcapítulo abordamos a caracterização dos campos de pesquisas, na seguinte ordem: Escola SESI – Anna Adelaide Bello e Escola Santa Teresa.

4.1.1 Escola SESI – Anna Adelaide Bello

A instituição Serviço Social da Indústria (SESI) está ativa no Maranhão desde 1949, e divide-se em centros de atendimento ao Trabalhador (CAT) e escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio Articulado com Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). (FIEMA, 2021).

A proposta das escolas da rede SESI consiste em oferecer recursos metodológicos de ensino, inspirada no domínio tecnológico, de linguagem, raciocínio lógico-matemático, ciências da natureza e humanas. Assim, essa Escola busca atender:

- a) a Educação infantil, disponibilizando aos trabalhadores da Indústria e a comunidade em geral, dois segmentos: Creche (crianças de 3 anos) e Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos);
- b) o Ensino fundamental, que compreende: Anos Iniciais: 1º ao 5º ano; e Anos Finais: 6º ao 9º ano;
- c) a Educação Básica Articulada com Educação Profissional, onde alunos do Ensino Médio têm a oportunidade podem complementar o ensino/aprendizagem com o curso técnico. Além das disciplinas formais disponibilizadas na grade curricular, abrange também oficinas tecnológicas, projetos, robótica, sala da Matemática, entre outras.

Dessa forma, em São Luís, Maranhão, está sediada a Escola Anna Adelaide Bello, uma escola privada, que pertence ao grupo da Federação das Indústrias do Estado do

Maranhão (FIEMA). Localizada na Avenida Dom José Delgado, s/nº, Alemanha, CEP: 65036-810.

A escola tem 1.873 alunos, sendo 46 alunos com deficiência. Os tipos de deficiência são: Autismo, Dislexia, Altas Habilidades, Deficiência Física, Transtorno de Ansiedade, Transtorno Misto de Habilidades Escolares, Baixa Visão, Síndrome de Down, Deficiência Intelectual, TDAH, Dificuldade de Aprendizagem, *Déficit* de Interação Social, Dificuldade de Organizar Ideias, Desvio Fonético e Fonológico e Síndrome de Mobius.

A biblioteca fica no âmbito da escola, é nomeada como Biblioteca Anna Adelaide, é composta por 5 mil títulos e 6.395 mil exemplares, sendo eles literatura infantil, infanto-juvenil, literatura brasileira, didáticos, cidadania, educação, psicologia, inglês, espanhol e artes.

4.1.2 Escola Santa Teresa

No final do século XIX, especificamente em 1894 duas irmãs italianas vieram para o Maranhão onde tinham como intuito educar crianças e jovens, e orientá-las conforme os ensinamentos religiosos, e desta forma, desenvolvendo-as nas tarefas diárias desenvolvidas, aderiram às propostas pedagógicas compreendidas por Santa Paula. (DOROTÉIAS, 2021).

A Escola Santa Teresa é uma escola privada. Iniciou-se por meio da missão maior que era a realização da evangelização por meio da educação. E assim surgiu a proposta educacional do Colégio Santa Teresa.

Com o passar dos anos a idealização educativa foi sendo atualizada pelas teorias educativas, no qual os princípios continuam conforme os ensinamentos inspirados nas concepções de Santa Paula, e com valores cristãos. Portanto, a realização das atividades educacionais recebeu auxílio teórico de Piaget, Vigotsky, Wallon, Gardner e outros que endossam a educação como processo de formação integral do sujeito e de aprendizagem como espaço de interações múltiplas. A escola dispõe de um programa bilíngue.

A Escola Santa Teresa atende as respectivas etapas de ensino:

Maternal; Infantil I; Infantil II; 1º ano fundamental; 2º ano fundamental, 3º ano fundamental, 4º Ano Fundamental; 5º Ano Fundamental; 6º Ano Fundamental; 7º Ano Fundamental; 8º Ano Fundamental; 9º Ano Fundamental; 1º Série do Ensino; 2º Série do Ensino Médio; 3º Série do Ensino Médio.

Fica localizado na Rua do Egito, 71, Centro - São Luís – MA, CEP: 65010-190.

A escola tem 619 alunos, sendo 11 com deficiência. O tipo de deficiência é Síndrome de Asperger.

A biblioteca fica no âmbito da escola, é nomeada como Biblioteca Santa Teresa, é composta por 16 mil exemplares, sendo eles obras de referência, grade curricular, literatura infantil, infanto-juvenil, brasileira e universal.

4.2 Tipos e métodos de pesquisa.

A metodologia consiste na produção do conhecimento, são compostas por métodos e instrumentos que norteiam a elaboração da pesquisa. Portanto, (MINAYO, 2007, p.14) descreve que a metodologia “é o caminho para o pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Logo, esta investigação consiste em uma pesquisa bibliográfica e exploratória com abordagem qualitativa, que utilizou como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada (Apêndice B).

Diante do exposto, iniciou-se com a realização da pesquisa bibliográfica, que é de grande valia na estrutura deste estudo, sendo fundamental para a constituição do referencial teórico. Nesta perspectiva, foi realizado um levantamento nas principais bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Perspectivas em Ciência da Informação, Revista de Psicologia, entre outras. Utilizando como termos descritores: “Biblioteca Escolar”, “Pessoa com deficiência”, “Acessibilidade”, “TEA”.

Com a pesquisa bibliográfica obtivemos condições de dialogar com os autores, estudiosos sobre o assunto e tecer considerações durante a análise dos dados coletados com a aplicação da entrevista (pesquisa exploratória).

Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória objetiva desenvolver, modificar e explicar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Desta forma, possui caráter exploratório, embasado nos principais estudos de Chiote (2013), Farias (2019), Motta (2017), Paiva Junior (2021), Papim; Sanches (2014) e Santos; Vieira (2017), ambos foram fundamentais para o entendimento acerca do Transtorno do Espectro Autista, bem como suas principais características, conceitos e processo de inclusão;

e Bicheri Júnior (2013), Macedo (2010), Moraes (2020), Garcez (2014), Sampaio; Farias (2020) e Santos *et al.* (2021) que discutem sobre a biblioteca escolar, acessibilidade nas bibliotecas e bibliotecário escolar.

O enfoque da pesquisa é qualitativo por se tratar de uma análise de um ambiente de biblioteca escolar, e por ocorrer à coleta de dados através das entrevistas semiestruturadas. Sampieri (2006) afirma que as pesquisas qualitativas seguem enfoque para produzir questões de pesquisa, buscando que se delimite o que pretende pesquisar, em outras vezes, a coleta e análise de dados possam ser utilizadas para descobrir quais são as questões relevantes para a pesquisa, para mais tarde “refiná-las” e agregar precisão a tais questões.

Neste contexto, o instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada. Segundo Triviños (1987, p. 152), discorre que “a entrevista semiestruturada, segundo nosso modo de pensar, favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações de dimensões maiores”. Para a elaboração da entrevista semiestruturada, foram desenvolvidas as seguintes categorias e subcategorias da análise de dados: Perfil de identificação: Dados de identificação; Atuação profissional e Ações/atividades e projetos: Dificuldades enfrentadas pelo bibliotecário; Estratégias e atividades desenvolvidas; Meios de divulgação.

Os sujeitos da pesquisa foram duas bibliotecárias vinculadas a bibliotecas escolares, sendo uma da escola SESI - Anna Adelaide Bello e a outra da escola Santa Teresa. Antecedendo a realização da entrevista, foi enviado Termo de Consentimento (Apêndice A) para ambas assinarem, desta forma, autorizando a realização da entrevista. Devido ao contexto pandêmico e as recomendações sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS), a aplicação da entrevista correu por meio da plataforma *google meet*. Conforme a proposta da pesquisa que é analisar as expectativas e perspectivas do bibliotecário escolar diante do usuário com TEA, a partir da aplicação da entrevista, foi realizada a extração dos dados, e assim, desenvolvendo a descrição e análises.

4.3 Caracterização dos sujeitos investigados

Os sujeitos desta pesquisa constituem em duas bibliotecárias que atuam em bibliotecas escolares da rede privada, das seguintes escolas: SESI – Anna Adelaide Bello e Santa Teresa.

Primeiramente, serão apresentados os dados de identificação do perfil das bibliotecárias, como: idade, nível acadêmico, tempo de serviço na biblioteca. Ademais, foi permitido especificar as atividades que exercem nestas bibliotecas, se obtém algum tipo de qualificação através de cursos na área de acessibilidade e inclusão, e, se já participou de projetos de acessibilidade e inclusão nas bibliotecas em que atuam.

Quadro 4 - Perfil profissional

Entrevistadas	Idade	Nível Acadêmico	Tempo de Serviço
B1	41 a 50 anos	Especialização	1 a 10 anos
B2	41 a 50 anos	Especialização	11 a 20 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

As entrevistadas B1 e B2 são do gênero feminino, estão na mesma faixa etária. Quanto ao nível acadêmico, ambas *possuem especialização*. No que tange ao tempo de serviço, é possível identificar que ocorre uma diferença significativa, enquanto a entrevistada B1 trabalha entre *1 a 10 anos* na instituição, a entrevistada B2 trabalha entre *11 a 20 anos*.

Quadro 5 - Atividades realizadas

Entrevistadas	Atividades Realizadas
B1	Empréstimo domiciliar, pesquisa no acervo, oficinas, contação de histórias, mediação de leitura, hora do conto, palestras, jogos e brincadeiras.
B2	Empréstimo domiciliar, pesquisa no acervo, oficinas.

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

Conforme o quadro 5, acerca das atividades que desenvolvem ambas entrevistadas B1 e B2 realizam empréstimo *domiciliar, pesquisa no acervo e oficinas*. Porém, a entrevistada B1 diferencia-se por realizar *contação de histórias, mediação de leitura, hora do conto, palestras, jogos e brincadeiras*.

Conforme Bortolin e Burghi (2014), o ato de contar histórias é uma atividade imprescindível para a escola, em especial, na biblioteca escolar, pois é nela que deverão ser formados os leitores. Sendo assim, o bibliotecário valoriza as narrativas de histórias, como uma atividade primordial para o mundo da leitura e evidencia o acervo que está sob a sua responsabilidade. Contudo, não é diferente com a realização de jogos, palestras e brincadeiras, além da diversão e troca de conhecimentos, os usuários se sentem mais incluídos e participativos nas atividades da biblioteca.

Quadro 6 - Qualificação profissional

Entrevistadas	Qualificação Profissional
B1	Não. Por falta de interesse, mas esse ano já inicio um curso de TDAH.
B2	Não, por falta de oportunidade.

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

No que diz respeito à qualificação profissional em cursos sobre acessibilidade e inclusão, observa-se que ambas entrevistadas B1 e B2 responderam que *nunca fizeram*. Ao comentarem suas respostas, a entrevistada B1 afirmou *que nunca teve interesse pelo assunto, mas que vai dar início à educação continuada*. Já a entrevistada B2 respondeu que *nunca participou de nenhum curso por falta de oportunidade*.

Vale ressaltar que Oliveira (2013, p. 47) menciona que, a especialização surge quando o bibliotecário busca por novos conhecimentos e coloca como prioridade a sua formação profissional. Em um momento em que o movimento da acessibilidade cresce gradativamente, o profissional da informação, que conhece e procura se especializar em tornar a informação disponível a todos, ganha destaque.

Contudo, na ausência de oportunidades, o bibliotecário deve criar as suas oportunidades e buscar por outras ferramentas de conhecimento, como pesquisas bibliográficas que apesar da escassez de documentos que debatem sobre o assunto, ainda sim é possível localizar documentos com informações satisfatórias que agregam conhecimento e sanam dúvidas. E, nas redes sociais, como no Instagram que possui diversas páginas de especialistas que dialogam sobre assunto, no YouTube que disponibiliza vários vídeos e aulas de especialistas, para quem deseja complementar conhecimento. Portanto, o bibliotecário deve sempre estar em busca de conhecimento, levando em consideração que na escola sempre vai chegar alunos com diversos tipos de deficiências, e o bibliotecário deve está apto para criar estratégias que garantem a inclusão de todos os alunos nas atividades desenvolvidas na biblioteca.

Quadro 7 – participação de projetos sobre acessibilidade e inclusão na biblioteca.

Entrevistadas	Participação de Projetos sobre Acessibilidade e Inclusão na Biblioteca.
B1	Não.
B2	Não.

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

Em continuidade, as entrevistadas B1 e B2 responderam *que nunca participaram de projetos sobre acessibilidade e inclusão na biblioteca, por inexistir projetos desse tipo no contexto da escola.*

Em concordância com Stroparo e Moreira (2021) quando ressalta que o principal obstáculo à inclusão está nas ideias, atitudes e práticas vigentes das pessoas envolvidas no cotidiano das bibliotecas, ainda perdura uma distância entre o discurso e a prática. Sendo assim, a barreira atitudinal é a que mais impede a implementação de ações, programas, projetos e encaminhamentos contra a discriminação. A realidade observada é que não há projetos voltados para a temática, tendo em vista que a iniciativa deve partir do bibliotecário, tais implementações favorecem a permanência e inclusão dos usuários com deficiência na biblioteca, além de ser uma forma conscientização para evitar e eliminar qualquer preconceito e discriminação.

5 BIBLIOTECA ESCOLAR E O USUÁRIO COM AUTISMO: análise dos dados.

Em continuidade, os dados a seguir são relacionados às atividades que exercem nestas bibliotecas, se possuem algum tipo de qualificação nas áreas de acessibilidade e inclusão, e, se já participaram de projetos de acessibilidade e inclusão nas bibliotecas em que atuam.

Quadro 8 - Posição da gestão quando ao planejamento e a educação inclusiva

entrevistada	Posição da gestão quanto ao planejamento e a educação inclusiva
B1	Muito favorável
B2	Muito favorável

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

Desta forma, ambas entrevistadas B1 e B2 foram unânimes em afirmar que as gestões das escolas em que atuam são “*Muito Favoráveis*” quanto ao planejamento e a educação inclusiva, porém ainda faltam iniciativas mais pontuais.

Quadro 9 – Posição nível de conhecimento sobre o autismo

Entrevistada	Nível de conhecimento sobre o autismo
B1	Razoável
B2	Pouco

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

Dessa forma, quando solicitadas para informar o seu nível de conhecimento sobre o autismo, B1 afirmou ser “*Razoável*” e B2 “*Pouco*”.

Para explorar estas afirmativas, analisamos Mergen (2013, p. 12), que discorre sobre a gestão escolar que atua frente da educação inclusiva, onde enfatiza que esta deve ter como objetivo um planejamento político pedagógico com o viés na inclusão e acessibilidade para os alunos com deficiência.

Contrariando a abordagem de Mergen (2013), evidencia-se que ambas bibliotecárias no decorrer da entrevista afirmaram que não desenvolvem projetos específicos de inclusão. Dessa forma, as escolas que são o foco desta investigação não desenvolvem atividades pensando na inclusão dos alunos com deficiência, as atividades são desenvolvidas com o público em geral, o que ocorre é apenas uma adaptação no momento da execução das atividades para que os alunos com deficiência possam participar.

Em relação à informação acerca do nível de conhecimento sobre o autismo, Battisti e Heck (2015, p. 19) destacam que para uma aprendizagem com foco na inclusão das crianças autistas, é necessário que os envolvidos no processo educativo desses alunos conheçam as reais necessidades de cada criança, para utilização de métodos adequados. Assim, os mesmos autores afirmam que: “[...] quando a escola aplica na prática o que há na teoria, novos conhecimentos e comportamentos passam a ser desenvolvidos no aluno, e assim seus *déficits* sociais passam a ser ultrapassados e a escola se tornará verdadeiramente inclusiva”. (BATTISTI; HECK, 2015, p. 20).

Quadro 10 - Como a biblioteca tem atuado para se aproximar do usuário com autismo

Entrevistada	Como a biblioteca tem atuado para se aproximar do usuário com autismo
B1	Contato com a gestão escolar, o (s) professor (es) ou psicopedagogo (s) do aluno para conhecer suas limitações.”
B2	Contato com a gestão escolar, o (s) professor (es) ou psicopedagogo (s) do aluno para conhecer suas limitações.”

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

Detectamos nas falas de ambas bibliotecárias que apesar da existência de estudantes com autismo nas duas escolas, é de notar a falta de um planejamento de atividades direcionadas para inclusão e acessibilidade para tais estudantes. Neste caso, as bibliotecárias informam que sua aproximação com estes alunos se dar mediante “*Contato com a gestão escolar, o (s) professor (es) ou psicopedagogo (s) do aluno para conhecer suas limitações.*”

Cabe destacar que Santos e Diniz (2018, p. 95) chamam atenção que o bibliotecário deve procurar compreender as singularidades de cada aluno autista, sempre mantendo parcerias com outros profissionais do sistema escolar, em atuação multidisciplinar. Buscando, assim, pensar e desenvolver ações para promover a inclusão por meio do acesso desses usuários à informação, priorizando a acessibilidade informacional.

Quadro 11 – Divulgação de alunos com deficiência para o bibliotecário

Entrevistada	Divulgação de alunos com deficiência para o bibliotecário
B1	Reunião
B2	Reunião

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

As bibliotecárias B1 e B2 informaram que a biblioteca tem conhecimento sobre a presença de alunos com deficiência matriculados na escola durante as *reuniões administrativas entre diretores da escola, pedagogos, bibliotecários e outros profissionais do quadro de funcionários*.

Quadro 12 – Como se sentem perante o comportamento e as estereotípias

Entrevistada	Como se sentem perante o comportamento e as estereotípias
B1	Razoavelmente segura
B2	Razoavelmente segura

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

Outro dado interessante detectado, foi que as entrevistadas B1 e B2 se sentem “*Razoavelmente Seguras*” perante o comportamento e as estereotípias (ações repetitivas ou ritualísticas) dos usuários autistas. Porém, é de notar que ambas bibliotecárias durante a entrevista evidenciaram que não possuem cursos de especialização sobre acessibilidade e inclusão, muito menos especificamente sobre o autismo.

Dessa forma, apesar das mesmas afirmarem se sentirem “*Razoavelmente Seguras*”, sabemos que todo e qualquer profissional precisa ter conhecimentos específicos para saber lidar com uma pessoa autista. Lembrando que Guimarães (2018) aborda que as pessoas autistas apresentam “[...] dificuldades de comunicação e interação social, comportamentos e interesses restritos e repetitivos [...]” que podem levá-los, dependendo do nível do autismo, a terem surtos compulsivos e violentos, chegando até a mutilação do próprio corpo ou da pessoa que está próximo a eles. Neste caso, o bibliotecário precisaria de conhecimento e habilidades para saber acalmá-lo no momento de crise, conhecimento este adquirido em uma educação continuada.

Recorremos ao estudo de Farias (2019, p. 19), quando esta ressalta que cada estudante, de acordo com sua deficiência ou limitação, consiste em um universo diferente do outro. Dessa forma, “é preciso olhar cada estudante dentro do espaço escolar de formar a individualizar seus interesses e predileções para que as atividades se desenvolvam de maneira vinculada com a vida cotidiana e real, conforme suas expectativas e capacidade de aprendizagem.” Sendo necessário conhecer e compreender as suas características e limitações para “[...] saber como enfrentar os desafios que demandam o atendimento de pessoas com deficiências.”

Quadro 13 – Estratégias e atividades lúdicas desenvolvidas

Entrevistada	Estratégias e atividades lúdicas desenvolvidas
B1	Sim, Uso de jogos, brincadeiras e contações de histórias.
B2	Sim, Uso de jogos, brincadeiras e contações de histórias.

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

Complementando, as entrevistadas B1 e B2 informaram que dentre as estratégias e atividades lúdicas desenvolvidas pelas bibliotecas em que atuam para trabalhar com os usuários autistas cabem destacar: “*Uso de jogos e brincadeiras*” e a “*Contações de histórias*”. Neste caso, compreendemos que as bibliotecárias não pensam em atividades específicas para os alunos autistas, mas sim no momento de execução incluem todos os estudantes sem um preparo especial. E, sabemos que a coisa não funciona dessa forma, pois deve sim ter todo um planejamento anterior.

Até para trabalhar com o lúdico dessas crianças o bibliotecário deve ter todo um preparo. Sanches (2019) menciona que “[...] o lúdico é uma das formas de minimizar as barreiras autísticas da sociabilidade, comunicação e imaginação, proporcionando a essas crianças oportunidades de aprendizagem e socialização considerável”. Sobretudo, são grandes aliados para a participação e aprendizagem dos mesmos.

Desta forma, Ribeiro (2020, p. 25) também afirma que a ludicidade leva em conta a imaginação da criança, a cultura em que está inserida, possibilitando-as ao desenvolvimento potencial, que é uma forma viável de fazer e pensar a inclusão. Por fim, sabendo que há a necessidade destas crianças serem integradas nas atividades da biblioteca, e as atividades lúdicas são recursos satisfatórios para esse processo, permitindo o desenvolvimento da interação social, garantindo a inclusão, e podem ser utilizados como ferramentas pedagógicas.

Quadro 14 – O fator que dificulta e o que facilita o processo de inclusão e acessibilidade dos usuários com deficiência na biblioteca

Entrevistada	O fator que dificulta e o que facilita o processo de inclusão e acessibilidade dos usuários com deficiência na biblioteca
B1	Dificulta: Acessibilidade Metodológica Facilita: Acessibilidade Arquitetônica
B2	Ausência de respostas

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

Em seguida, apenas a entrevistada B1 informou que o fator que dificulta e o que facilita o processo de inclusão e acessibilidade para os usuários com deficiência na biblioteca em que atua consiste em: “*Acessibilidade Metodológica*” e a “*Acessibilidade Arquitetônica*”.

Com base nas respostas anteriores, lembramos que Fialho e Silva (2012, p.156) abordam que mesmo havendo garantias para que as pessoas com deficiência tenham acesso à informação, nem sempre são concretizadas. Nas bibliotecas, a acessibilidade é essencial. E, essa instituição deve estar preparada para atender tais demandas, independentemente do usuário ter ou não deficiência. No que implica a eliminação de barreiras que proporcionam a acessibilidade, Fialho e Silva (2012, p. 159) comentam que para além da acessibilidade física, que as vezes são oferecidas pelas bibliotecas, torna-se necessário que se tenha uma maior preocupação por parte dos profissionais da informação, em se capacitarem para atender bem esse público.

Sendo assim, é perceptível que a ausência das respostas por parte da entrevistada B2, quanto ao fator que dificulta e o que facilita a acessibilidade para os usuários com deficiência na biblioteca em que atua, nos leva a refletir que há uma falta de conhecimento sobre o assunto. Tal situação pode ter sido gerada por vários motivos, sendo um deles o foco na execução de atividades técnicas e rotineiras desenvolvidas na biblioteca. Neste contexto, Assis (2018, p. 21) enfatiza que: “se um indivíduo não busca por novos conhecimentos para aprofundar as suas experiências ou “abrir novos horizontes”, este pode se acomodar e ter muita resistência para sair de sua zona de conforto.

Desta forma, Baptista (2002) menciona que “[...] é possível realizar mudanças principalmente através da busca por informações, a troca de experiências e, é claro, pelo uso do velho e bom senso”. As bibliotecas devem buscar seus próprios caminhos para construir espaços cada vez mais acessíveis, de acordo com a realidade de cada uma. Contudo, parte do profissional o pressuposto repensar e de garantir compreensão em torno da acessibilidade, para assim conseguir diminuir as dificuldades enfrentadas, e aumentar os fatores que influenciam os usuários com deficiência no processo de inclusão.

A falta de base e conhecimento sobre os tipos de acessibilidade geram barreiras nas diversas formas de inclusão, considerando que todos os tipos de acessibilidade estão relacionados à acessibilidade atitudinal, que parte do comportamento do bibliotecário perante a eliminação de barreiras que dificultem o acesso destes usuários, e a busca de capacitações para saber lidar com as diversas situações que exigem conhecimento em relação às formas de inclusão e acessibilidade. Sendo assim, o bibliotecário deve propor soluções e condições para

que os usuários tenham mais facilidade de acesso, tornando assim, a biblioteca um espaço cada vez mais acessível.

Quadro 15 – Como ocorre a divulgação das ações e projetos de inclusão e acessibilidade desenvolvidos para os usuários com deficiência na biblioteca

Entrevistada	Como ocorre a divulgação das ações e projetos de inclusão e acessibilidade desenvolvidos para os usuários com deficiência na biblioteca
B1	Não há divulgação. Não desenvolvemos projetos específicos de inclusão, os alunos com deficiência são atendidos juntamente com os demais alunos, em algumas atividades interagem bem.
B2	Redes sociais, Site institucional.

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

No que diz respeito a como ocorre a divulgação das ações e projetos de inclusão e acessibilidade desenvolvidos para os usuários com deficiência na biblioteca em que atuam, a entrevistada B1 especificou que “*Não existe divulgação, porque não desenvolvem projetos específicos de inclusão. E, os alunos com deficiência participam de todos os projetos ofertados de modo geral*”. Ressaltando que, em algumas atividades, estes alunos interagem bem. Entretanto, a bibliotecária B2 mencionou que a divulgação ocorre via: “*Redes Sociais e no Site Institucional*”.

Perante as implementações de ações e projetos desenvolvidas na biblioteca para uma melhor educação inclusiva, nos fundamentamos em Pereira (2012, p. 16), explica que para que aconteça a inclusão das pessoas com deficiência, é necessário criar estratégias educativas como ações e projetos que possam contemplar os objetivos traçados, tanto para as crianças com ou sem deficiência. Portanto, quanto à divulgação de ações e projetos é relevante para que a biblioteca alcance maior visibilidade e toda a comunidade escolar tenham ciência das atividades desenvolvidas, e obter a participação de mais usuários.

Quadro 16 – A Gestão da escola prioriza que a biblioteca disponibilize serviços acessíveis para o usuário com deficiência

Entrevistada	A Gestão da escola prioriza que a biblioteca disponibilize serviços acessíveis para o usuário com deficiência
B1	Não, os serviços são disponibilizados para todos os usuários. Não temos serviços disponíveis para esse público.
B2	Em parte, acredito que precisamos de uma melhor adequação dos nossos serviços no trabalho com essa clientela.

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

Outra indagação, se a gestão da escola prioriza que a biblioteca disponibilize serviços acessíveis para o usuário com deficiência, a entrevistada B1 respondeu que: *“Os serviços são disponibilizados para todos os usuários. E, a biblioteca não oferta serviços até o momento para esse público específico”*. Já a entrevistada B2 mencionou que *“em parte”, a mesma acredita que precisam de uma melhor adequação dos serviços desenvolvidos para esse público*.

Mediante ao exposto, nos atentamos a Wellichan e Manzini (2021, p. 175), os mesmos afirmam que: *“Nas bibliotecas, especificamente, a literatura indica a necessidade de olhar para o usuário desde o início, para planejar seu espaço, adequar suas políticas e sistemas, desenvolver e disponibilizar suas coleções, produtos e serviços”*. Mas nem sempre acontece, e acarreta em obstáculos na acessibilidade dos serviços para alguns usuários com deficiência. Em vista disso, Fialho e Silva (2012, p. 158) citam que: *“Algumas bibliotecas são acessíveis e outras são apenas adaptadas; o ideal é que as bibliotecas possam oferecer uma boa acessibilidade e contar, também com uma boa adaptação”*.

Em suma, é necessário que a gestão escolar priorize que a biblioteca ofereça serviços acessíveis, para que todos os alunos sejam inclusos nas atividades e tenham acesso a todos os serviços de forma satisfatória e sem obstáculos.

Quadro 17 – Dificuldades enfrentadas pelo bibliotecário escolar para desempenhar o seu trabalho no contexto da educação inclusiva

Entrevistada	Dificuldades enfrentadas pelo bibliotecário escolar para desempenhar o seu trabalho no contexto da educação inclusiva
B1	Ausência de um curso nesta área que ajudaria para um melhor entendimento, Ausência de Treinamentos e Maiores informações do grau de necessidade do aluno.
B2	Penso que, as dificuldades enfrentadas no que refere-se ao trabalho com o referido público seja a falta de maior conhecimento na área.

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários

No que tange as dificuldades enfrentadas pelo bibliotecário escolar para desempenhar o seu trabalho no contexto da educação inclusiva, B1 relatou que: “*Ausência de um curso nesta área que ajudaria para um melhor entendimento*”, “*Ausência de Treinamentos*” e “*Maiores informações do grau de necessidade do aluno*”. Desta forma, B2 expôs que a dificuldade enfrentada é a “*falta de conhecimento na área*”.

Mediante as exposições, é notável a ausência de conhecimento na área, devido à falta de especialização em educação inclusiva. Para tanto, Pinheiro e Crivellari (2021, p. 48) afirmam que o bibliotecário precisa se adaptar às exigências e demandas de acordo com as necessidades de cada público. Sendo assim, se faz necessário a realização de treinamentos e cursos de capacitação, além de compreender o funcionamento e a forma de disponibilização das tecnologias assistivas que contribuem na qualidade e satisfação durante a realização das atividades. Portanto, compete ao bibliotecário sondar meios que favorecem condições adequadas para que as necessidades informacionais se tornem acessíveis e satisfeitas pelos usuários com deficiência, conforme a individualidade de cada um.

Quadro 18 – A formação curricular do bibliotecário, se esta tem resultado de forma positiva nas exigências da atuação profissional

Entrevistada	A formação curricular do bibliotecário, se esta tem resultado de forma positiva nas exigências da atuação profissional
B1	Não.
B2	Creio que sim.

Fonte: elaborado pela autora com base das respostas dos questionários das respostas dos questionários

Em síntese, em relação à formação curricular do bibliotecário, se esta tem resultado de forma positiva nas exigências da atuação profissional, as respostas foram distintas. Enquanto B1 afirmou que “*Não*”, em contrapartida B2 respondeu que: “*Sim*”.

Tendo em consideração o não preparo do bibliotecário perante o usuário com deficiência, destacamos que há uma necessidade da implementação de mais disciplinas que debatem sobre inclusão e acessibilidade perante pessoas com deficiência. Nesse contexto, conforme o estudo de Silva, Costa e Crivellari (2014), em relação às disciplinas ofertadas nas grades curriculares do curso de biblioteconomia, “[...] a catalogação e a administração de unidades de informação como sendo ações obrigatórias do profissional, cabe às universidades prepararem o bibliotecário, desenvolvendo competências e habilidades, para que este trabalhe com a inclusão e a acessibilidade em seu futuro espaço de atuação”.

Para tanto, Costa e Duarte (2017, p.165) ressaltam que “entende-se que é preciso repensar na ênfase dada a certos conteúdos presentes na formação do bibliotecário no intuito de possibilitar-lhe enfrentar com mais segurança as novas demandas do seu campo de atuação profissional.”

Quanto às expectativas das bibliotecárias, é evidente a vontade de aprender e fazer o diferencial. As escolas abrangem no quadro de funcionários, profissionais especializados como psicopedagogos para auxiliar nas dificuldades e limitações dos alunos. É perceptível a determinação das bibliotecárias ao tentarem buscar conhecer os usuários com deficiência, mantendo o contato com a gestão escolar, os professores ou psicopedagogos dos alunos para conhecer e compreender as suas limitações. Apesar da ausência de cursos específicos por parte das entrevistadas, as mesmas tentam acolher os usuários com deficiência e incluí-los nas atividades desenvolvidas na biblioteca. Em síntese, uma das bibliotecárias afirma que vai começar a investir na sua formação, dando início a educação continuada na área da acessibilidade.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo trouxe à tona um assunto que está cada vez mais evidente na realidade da biblioteca escolar: a inclusão dos usuários com deficiência, em especial aquele com autismo.

Tendo em vista que a biblioteca escolar está inserida na comunidade educacional, tem como objetivo a disseminação da informação, a fomentação da leitura, complemento e fortalecimento do projeto pedagógico e base para o ensino-aprendizagem das instituições. Portanto, tais instituições devem dispor de práticas de acessibilidade e inclusão visando garantir que os usuários com deficiência possam participar das atividades desenvolvidas, e não ocorra limitação no acesso aos produtos e serviços disponibilizados pela biblioteca.

No entanto, o cumprimento e desenvolvimento de métodos de inclusão nas bibliotecas iniciaram por meio do surgimento de Leis que garantem direito à educação de pessoas com autismo e qualquer outro tipo de deficiência, além de condições que assegurem a acessibilidade desses cidadãos.

Esta investigação permitiu observarmos qual a postura do bibliotecário diante do usuário com autismo e quais atividades, ações e projetos estão sendo desenvolvidos para os usuários com deficiência no contexto da inclusão e acessibilidade nas bibliotecas escolares focos deste estudo.

Dessa forma, o objetivo desse estudo foi analisar as expectativas e perspectivas do bibliotecário escolar diante do usuário com TEA. Neste, verificou-se que as bibliotecárias entrevistadas estão na mesma faixa etária e quanto ao nível acadêmico possuem especialização. Contudo, nenhuma apresenta qualificação profissional em cursos de inclusão e acessibilidade, considerando que é primordial para saber lidar com as limitações e estereótipos dos usuários com autismo. Além de compreender quais os métodos adequados na hora de planejar e desenvolver atividades específicas para esse público, e para que ocorra a inclusão na participação dos usuários com deficiência nas atividades.

Em continuidade, a respeito da qualificação profissional em cursos sobre acessibilidade e inclusão, as entrevistadas afirmaram que nunca participaram por falta de interesse e oportunidade. Portanto, o bibliotecário deve buscar por novos conhecimentos e colocar como prioridades a sua formação profissional, tendo em mente que a realidade é mutante, e as demandas vão surgindo, nas escolas sempre vão chegar alunos com diversos tipos de deficiências, e o bibliotecário deve estar preparado para criar estratégias que garantem

a inclusão de todos os alunos nas atividades desenvolvidas na biblioteca, e suprir as suas necessidades.

No tocante as atividades que desenvolvem, as entrevistadas realizam empréstimo domiciliar, pesquisa no acervo e oficinas. Porém, uma das entrevistadas diferencia-se por realizar contações de histórias, mediação de leitura, hora do conto, palestras, jogos e brincadeiras. A realização dessas atividades é uma forma de valorizar a narrativa, criar um momento de diversão e ao mesmo tempo troca de conhecimentos, e assim, os usuários se sentem mais inclusos e participativos nas atividades da biblioteca.

Identificou-se mediante as afirmações das entrevistadas que a gestão das escolas quanto ao planejamento da educação inclusiva é muito favorável, a escola disponibiliza psicopedagogos para auxiliar na educação desses alunos.

Todavia, as entrevistadas afirmaram que os seus níveis de conhecimento sobre o autismo é “pouco” e “razoável”. Considerando a necessidade do bibliotecário em conhecer as reais limitações de cada usuário, para que assim possa atendê-los de forma satisfatória, por isso enfatiza-se a necessidade da educação continuada no contexto da educação inclusiva.

O ponto positivo é a parceria multidisciplinar como o contato com a gestão escolar, com os professores ou psicopedagogos dos alunos em prol de conhecer suas limitações, e assim buscar por mais informações para que ocorra a aproximação com estes alunos. Entretanto, a divulgação dos alunos com deficiência na escola acontece durante as reuniões administrativas entre diretores, bibliotecários, psicopedagogos e o quadro de funcionários.

Dessa forma, dentre as estratégias e atividades lúdicas desenvolvidas pelas bibliotecas em que atuam para trabalhar com os usuários com autismo, destacam-se: o uso de jogos e brincadeiras e a contação de histórias. Logo, as bibliotecárias não pensam em atividades específicas para os alunos autistas, mas sim no momento de execução incluem todos os estudantes sem um preparo especial. Sabemos que para trabalhar com esses alunos deve ter um planejamento anterior.

Mediante a como as entrevistadas se sentem perante o comportamento e as estereotípias dos usuários com autismo, ambas afirmaram que se sentem “razoavelmente seguras”. Diante disso, considerando que há uma ausência de preparo através de cursos na área, todo e qualquer profissional precisa ter conhecimentos específicos para saber lidar com uma pessoa com autismo.

Contudo, ao observar a ausência de respostas de uma das bibliotecárias entrevistadas, em relação aos tipos de acessibilidade que facilitam e dificultam o processo de inclusão para os usuários com deficiência na biblioteca, nos leva a refletir que há uma falta de

conhecimento sobre o assunto. Então, é notória a necessidade por parte dos profissionais da informação quanto à educação continuada no contexto da acessibilidade, pois a ausência de conhecimento na área gera barreiras no processo de inclusão.

Diante do exposto, em relação a como ocorre à divulgação das ações e projetos de inclusão e acessibilidade desenvolvidos para os usuários com deficiência na biblioteca em que atuam, uma das entrevistadas afirmou não existir divulgação, em contrapartida, a outra afirmou que sim, e que essa divulgação ocorre por meio das redes sociais e site institucional. A divulgação das ações e projetos realizados na biblioteca proporciona maior visibilidade a toda à comunidade escolar, atribui conhecimento sobre as atividades desenvolvidas, e garante a participação de mais usuários.

Outro ponto detectado foi que apesar das bibliotecas possuírem usuários com autismo, a gestão das escolas e as bibliotecas não priorizam e nem desenvolvem ações, projetos e atividades específicas para estes usuários, apenas ocorre uma adaptação no momento da execução das atividades. Portanto, ressalta-se a importância de pensar e planejar atividades específicas para os usuários com deficiência, pois a ausência desta pode gerar obstáculos na inclusão e acessibilidade dos serviços disponíveis para estes usuários.

Constatou-se, mediante as afirmações das entrevistadas que as dificuldades enfrentadas ao desempenharem o seu trabalho no contexto da educação inclusiva ocorrem por não possuírem qualificação na área. Detectou-se que a formação curricular do bibliotecário não tem resultado de forma positiva nas exigências da atuação profissional e que não há um preparo para o bibliotecário perante o usuário com deficiência, sendo assim, verificou-se que há uma necessidade da implementação de mais disciplinas nas grades curriculares do curso de biblioteconomia que debatem sobre inclusão e acessibilidade perante pessoas com deficiência. No entanto, mesmo que a formação curricular não supra as exigências, o bibliotecário deve investir na educação continuada.

Entretanto, quanto às expectativas das bibliotecárias, é evidente que elas têm muita vontade de aprender e fazer o diferencial. Considerando que ambas as escolas possuem profissionais especializados como psicopedagogos, é perceptível a iniciativa das bibliotecárias em tentar se aproximar e conhecer os usuários com deficiência mantendo contato com o quadro de funcionários da instituição, e assim, incluí-los nas atividades desenvolvidas na biblioteca, e o investimento na formação, mediante ao relato de uma das bibliotecárias em dar início educação continuada na área da acessibilidade. Em contrapartida, nota-se a resistência em uma delas ao tentar justificar a ausência de oportunidade, levando em consideração que o bibliotecário deve criar as suas próprias oportunidades, buscando conhecimento por meio das

bases de dados ou até mesmo nas redes sociais como o Instagram que há vários especialistas na área debatendo sobre o assunto e o YouTube que disponibiliza cursos e informações acerca da temática.

A importância da elaboração desta pesquisa se dá pela necessidade das práticas inclusivas nas bibliotecas escolares, visto que, conforme o resultado da pesquisa notou-se que mesmo com a presença de usuários com deficiência há uma carência da aplicação nas suas rotinas. E permite abrir caminhos para se pensar nos benefícios da educação continuada no contexto da educação inclusiva e acessibilidade. Outro favorecimento que trouxe este estudo foi à identificação da lacuna de investigações sobre a temática, que culmina na ausência de materiais bibliográficos sobre o assunto.

Dessa forma, como toda pesquisa científica consiste na aplicação de uma investigação que favorece na construção de conhecimento, contribuindo para a evolução da sociedade e proporcionando a continuação e o direcionamento para outras pesquisas. Assim, a investigação e reflexão acerca desta temática são de extrema importância, tendo em vista que, a acessibilidade e inclusão é uma realidade que ainda não está presente em muitas bibliotecas escolares. Portanto, os usuários com autismo precisam ser inseridos no planejamento e desenvolvimento das atividades de forma que eles consigam interagir e ter autonomia nas participações, além de obter satisfação nas suas necessidades informacionais. Para que isso de fato aconteça, torna-se necessário que o bibliotecário procure investir mais na educação continuada.

REFERÊNCIA

- ALVARENGA, Marco Antônio Silva; FLORES-MENDOZA, Carmen E.; GONTIJI, Daniel Foschetti. Evolução do DSM quanto ao critério categorial de diagnóstico para o distúrbio da personalidade antissocial. **Scielo**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 258 – 266, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/f6ctfGmTTxnsPHDN4hw8KKQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 08 fe. 2022.
- ASSIS, Tainá Batista de. Perfil profissional do bibliotecário: atual e desejado. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Bibliotecário do Século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília: Ipea, 2018. Cap. 1. p. 13-31. E-book. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180406_bibliotecario_do_sec_XXI.pdf. Acesso: 15 abr. 2021.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual de Estatística e Diagnóstica de Transtornos Mentais: DSM IV**. 4. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. E-book. Disponível em: <http://neuroconecta.com.br/wp-content/uploads/2019/01/DSM-5-portugues.-pdf.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15599: Acessibilidade na comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/sismob2/pdf/field_generico_imagens-filefield-description_21.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.
- BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. Convivendo com as diferenças. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (org.). **Acessibilidade discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas-Sp: Unicamp, 2006. 91 p. Disponível em: https://eurydice.nied.unicamp.br/portais/todosnos/nied/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf.1.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.
- BATTISTI, Aline Vasconcelo; HECK, Giomar Maria Poletto. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática**. 2015. 47 f. Monografia (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Campus de Chapecó, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1251/1/BATTISTI%20e%20HECK.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- BEZERRA, Francisca Suêndia. **A análise do comportamento aplicada (ABA) como abordagem de ensino para a pessoa com transtorno do espectro do autismo (TEA)**. 2020. 42 f. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Departamento de Educação – Deduc/Ceres/Caicó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó- Rn, 2020. Cap. 3. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/10757/1/An%c3%a1liseComportament%20oAplicada_Bezerra_2020.pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

BICHERI, Ana Lúcia Antunes de Oliveira; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Bibliotecário Escolar: um mediador de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 41-54, 8 jan. 2013. Semestral. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106585>. Acesso em: 29 set. 2021.

BORTOLIN, Sueli; BURGHI, Vera Jussara. A interação entre o bibliotecário e o leitor-ouvinte na contação de histórias. *Informação e Informação*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 213-226, jan/fev. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/infoprof/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de **Diário Oficial da União**: sessão 1, Brasília, DF. p.2, 28 dez. 2012

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF. p.2, 7 de jul. 2015.

_____. Lei de nº 13.861/2019, de 18 de julho de 2019. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF. p.1, 19 de jul. 2019.

_____. Ministério da saúde. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na rede de atenção psicossocial do sistema único de saúde**. Brasília: Ministério da saúde, 2015.

_____. Ministério da saúde. **Diretrizes de atenção**: à reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Brasília: Ministério da saúde, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**: parte i – avaliação de cursos de graduação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. E-book. Disponível: <http://www.2em1consultoria.com.br/wp-content/uploads/2017/06/REFERENCIAIS-DE-ACESSIBILIDADE.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão Da Criança Com Autismo Na Educação Infantil**: trabalhando a mediação pedagógica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; OLIVEIRA, Karina Costa de; BOURSCHEID, Laura da Rosa; SILVA, Lucélia Naside da; OLIVEIRA, Salette de. Bibliotecário escolar: um educador?. **Revista Acb**, [s. l], v. 2, n. 1, p. 107-123, jan. 2002. Quadrimestral. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/379/458>. Acesso em: 29 set. 2021.

COSTA, Joice Dias. **A importância do ensino da libras para a formação do bibliotecário**. Recife, 2016. 39 slides, color. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/JoiceCosta1/a-importancia-do-ensino-da-libras-para-a-formao-do-bibliotecario-joyce-dias-costa#>. Acesso em: 14 jun. 2022.

COSTA, Michelle Karina Assunção; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. **A (in)acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a interação entre o bibliotecário de referência e o usuário com deficiência.** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 13, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/42445>. Acesso em: 10 abr. 2022.

DIAS, Sandra. Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, 18 (2), p. 307-313, jul. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233039478009>. Acesso em: 24 nov. 2021.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos. **Bibliotecas Universitárias inclusivas Brasileiras e Portuguesas: ações e estratégias.** 2019. 535 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Multimídia em Educação, Departamento de Educação e Psicologia e Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Portugal, 2019.

DOROTEIAS, Província Brasileira. **Sobre o colégio Santa Teresa – São Luís/MA.** 2021. Disponível em: <https://doroteiasbrasil.org/cstma>. Acesso em: 19 out. 2021.

FARIAS, Leandra Lima. **Bibliotecas e portadores de transtorno do espectro autista: guia prático para acessibilidade.** 2019. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI, Universidade Federal do Rio Grande - Furg, Rio Grande, Rs, 2019.

FIALHO, Janaina; SILVA, Daiane de Oliveira. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. **SciELO**, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 153-168, jan. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/NCgS7GYyvJgzYFNCbp6fB5c/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FIEMA. SESI. **Institucional.** 2021. Disponível em: <https://www.fiema.org.br/pagina/5/institucional-3>. Acesso em: 19 out. 2021.

GADIA, Carlos A.; TUCHMAN, Roberto; ROTTA, Newra T. Rotta. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. **Jornal de Pediatria**, [s. l.], v. 80, n. 2, p. 83-94, jan. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/mzVV9hvRwDfDM7qVZVJ6ZDD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2021.

GARCEZ, Eliane Fioravante. As competências do bibliotecário na educação básica. **Perspectivas em Ciência da Informação: reflexões de rede**, Belo Horizonte - MG, v. 19, n. 4, p. 3-24, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/JHqvbnV6Zs8PGKG4QRPsKzn/?lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry.** 2006, v. 28, p. s3-s11. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbp/a/jMZNbHcsndB9Sf5ph5KBYGD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2021.

KWEE, Caroline Sianlian; SAMPAIO, Tania Maria Marinho; ATHERINO, Ciríaco Cristóvão Tavares. Autismo: uma avaliação transdisciplinar baseada no programa teacch. **SciELO**, São Paulo, v. 11, p. 217-226, jul. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/fsDFTjzx7ZYmsQPvbsH39Vb/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 02 jul. 2021.

LAURENTI, Ruy; NUBILA, Heloisa Brunow Ventura Di; QUADROS, Abrahão Augusto Joviniano. A Classificação Internacional de Doenças, a Família de Classificações Internacionais, a CID-11 e a Síndrome Pós-Poliomielite. **SciELO**, São Paulo, v. 71, n. 9A, P. 3-10, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anp/a/HjcW8tN5Ypqq6bpnMsyzFHN/?lang=en#>. Acesso: 08 fev. 2022.

LEVY, Evelyn Talita Silveira; ELIAS, NassimChamel; BENITEZ, Priscila. Comunicação por troca de figuras e relações condicionais com estudantes com autismo. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 47, p. 11-20, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752018000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 jul. 2021.

MACEDO, Luciana Alves de. **Biblioteca escolar como espaço de incentivo à leitura**. 2010. 63 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - Pb, 2010. Cap.2.1. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2010/biblioteca-escolar-como-espaco-de-incentivo-a-leitura.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MARCOLINO, Maria Antonieta Ribeiro; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. O bibliotecário na biblioteca escolar e os usuários especiais: o desafio da inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD)**, vol. 10, n. Especial, 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/331/307>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MARGEM, Edimara Veridiana Dries. **A gestão escolar frente ao processo de inclusão**. 2013. 42 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Sobradinho, Rs, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/617/Mergen_Edimara_Veridiana_Dries.pdf?se. Acesso em: 10 abr. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

MOTTA, Luiza Bellizzi. **Autismo e Psicanálise**. *Psicologia.pt* publicações em língua portuguesa. [s. l], p.1-17, 09 out. 2017. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0419.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

OLIVEIRA, Gabriella Domingos de. **Bibliotecas e Bibliotecários em busca de acessibilidade**. 2013. 56 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

Disponível em:

https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/39799/3/BibliotecasEBibliotecarios_Oliveira_2013.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

OLIVEIRA, Tereza Cristina Carvalho Iwamoto de. **Desenvolvimento e avaliação de um objeto digital de aprendizagem para as pessoas com autismo**. 2010. 196 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010. Cap. 2.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **CID-11 Classificação Internacional de Doenças**: transtorno do espectro autista. 11a rev. 2022. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>. Acesso em: 11 jan. 2022.

PAIVA JUNIOR, Francisco (ed.). O QUE É AUTISMO? saiba a definição do transtorno do espectro do autismo. **Revista Autismo**: Respeito para todo espectro, ano VII, n.12 – mar/abr/maio/jun, p. 1-50, 2021. Trimestral. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/revista/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; SANCHES, Kelly Gil. **Autismo e inclusão**: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo. 2014. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Centro Universitário Católica Salesiano Auxílium, Curso de Psicologia, Lins - Sp, 2013. Cap. 1.

PAULA, Sonia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **SciELO**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 64-79, set/dez., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/7Mmj3wsxXgQz6z4DfBSxWDB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PEREIRA, Luzia Eustáquia Rates. **Percepção de educadores sobre o processo de inclusão em uma unidade municipal de educação infantil**. 2012. 59 f. Monografia (Doutorado) - Curso de Especialização Lato Sensu em Docência na Educação, Faculdade de Educação da Ufmg, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VRNS-9NRMLX/1/luzia_acpp_final.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

PINHEIRO, Alejandro de Campos; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Desafios da acessibilidade e da tecnologia assistiva na biblioteca universitária. **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, v. 1, n. especial, p. 33-52, maio 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/62529/196889>. Acesso em: maio. 2022.

RIBEIRO, Evelin Nunes Corrêa. **O papel do lúdico no desenvolvimento social de crianças com o transtorno do espectro autista numa perspectiva inclusiva**. 2020. 49 f. Monografia (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/15941/EVELIN%20NUNES%20CORR%C3%A8A%20RIBEIRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2022.

RIBEIRO, João Frederico Amado. **Perturbação do Espectro do autismo**: Artigo de revisão das comorbidades associadas. 2015. 36 f. mestrato(Especialização) – Mestrado Integrado em Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/25713/1/JoaoFARibeiro.pdf>. Acesso em: 16. nov. 2021.

SALA, Fabiana; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Biblioteca escolar e as relações de trabalho colaborativo: mediação e apropriação cultural no ambiente educacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 161-19, p. 1-9, jan. 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1399>. Acesso em: 29 set. 2021.

SAMPAIO, Renata Kelly Oliveira; FARIAS, Gabriela Belmont de. Biblioteca escolar inclusiva: Análise acerca do transtorno do espectro autista. **Brazilian Journal Of Information Science: research trends**, Marília - Sp, v. 14, n. 3, p. 1-26, 21 ago. 2020. Contínua. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/10302>. Acesso em: 07 maio 2021.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. **Formulação de problemas**: objetivos, questões de pesquisa e justificativa do estudo. In: SAMPIERI, Roberto Hernandez. Metodologia da Pesquisa. 3.ed. São Paulo Mc Graw – Hill, 2006. Cap. 3, p. 33-49.

SANCHES, Tathiana Andrade. O lúdico na aprendizagem da criança com autismo: rompendo a cápsula. **XV Enecut Encontro de Estudos Multidisciplinar em Cultura**, Salvador, Bahia., ago. 2019. Disponível em: <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112140.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SANTOS, Marcos Pastana; DINIZ, Cládice Nóbile. A inclusão dos usuários com transtorno de espectro autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, vol. 23, n. 1 (2018), p. 92-106, dez./mar., 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1413>. Acesso: 19 dez. 2021.

SANTOS, Marcos Pastana; DINIZ, Cládice Nóbile; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Acessibilidade informacional para usuários com transtorno de espectro autista na biblioteca. **Anais do Cbbd**, Fortaleza - Ce, v. 27/2017, p. 1-6, 20 set. 2017. Bianual. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43965>. Acesso em: 28 set. 2021.

SANTOS, Regina Kelly dos; VIEIRA, Antônia Maira Emelly Cabral da Silva. Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. **Revista Includere**, [s. l], v. 3, n. 1 (2017), p. 220-232, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7413>. Acesso em: 04 jul. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do estado dos direitos da pessoa com deficiência. **Workshop**: tecnologia assistiva na biblioteca operação e uso. São paulo: governo do estado de São Paulo, 2020. Disponível em <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/AcessibilidadeemBibliotecasP%C3%BAblicasTecnologia-AssistivanaBiblioteca.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História &**

Ciências Social (RBHSC). v. 1 n. 1, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso: 20.dez. 2021.

SERRA, Tatiana. Autismo: um olhar a 360°. In: BOTELHO, Silvana. **Uma olhar da gestão escolar no atendimento de pessoas com TEA**. São Paulo, SP: Literate Books, 2020. Cap. 19. p. 141-147.

SILVA, Rubens Alves; COSTA, Michelle Assunção; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. A formação do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva. **XV ENANCIB: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação**, Belo Horizonte, MG, p. 2740-2759, 27-31 out. 2014. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt6>. Acesso em: 10 abr. 2022.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. **Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais anísio teixeira (INEP)**. Revista Educação, Santa Maria - Rs, p. 1-20, 25 fev. 2021. Publicação Contínua. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/40029>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SUBRAMANIAM, Mega; OXLEY, Rebecca; KODAMA, Christie. School Librarians as Ambassadors of Inclusive Information Access for Students with Disabilities. **American Association Of School Librarians (AASSL): A division of the American Library Association**, Chicago, v. 16, p. 1-34, jul. 2012. Disponível em: https://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/aaslpubsandjournals/slr/vol16/SLR_SchoolLibrariansasAmbassadorsOfInclusiveInformationAccess_V16.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Scielo**. São Paulo, v. 13, n. 3, p. 296-299, mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbf/a/4R3nNtz8j9R9kgRLnb5JNrv/?lang=pt#>. Acesso em: 24 jun. 2021.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Eliane dos Passos. **Biblioteca escolar: visão dos usuários da biblioteca da escola de educação básica altamiroguimarães, em antôniocarlos, sc**. 2013. 53 f. Tese (Doutorado) - Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30384384.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

WELLICHAN, Danielle Silva Pinheiro; MANZINI, Eduardo José. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em biblioteconomia e ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 03, n. 27, p. 172-203, jul. 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/renat/Downloads/105894-Texto%20do%20artigo-474684-4-10-20210630%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/renat/Downloads/105894-Texto%20do%20artigo-474684-4-10-20210630%20(2).pdf). Acesso em: 10 abr. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. ICD-11 for mortality and morbidity statistics. Version: 2022 fev. 11a rev. Geneva: World Health Organization Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>. Acesso 27. fev. 2022.

ZORZETTO, Ricardo. Manipulação de dados: Fraude em estudo sobre vacina reabre discussão acerca das práticas de pesquisa. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 181 mar. 2011 p. 57-59. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/manipula%C3%A7%C3%A3o-de-dados/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada bibliotecária

Vimos por meio desta, convidá-la a participar do projeto de pesquisa intitulado: “Biblioteca escolar inclusiva: análise acerca do transtorno do espectro autista”, a ser realizada nos seguintes campos de pesquisa: Escola SESI - Anna Adelaide Bello e Escola Santa Teresa, para o desenvolvimento da monografia para conclusão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa que propõe uma reflexão sobre a formação do bibliotecário e a presença de usuários com deficiência na escola.

O objetivo geral da pesquisa consiste em diagnosticar as expectativas e perspectivas do bibliotecário escolar diante do usuário com Transtorno do Espectro Autista. E, para tanto, será utilizado para a coleta de dados uma entrevista semiestrutura, a ser aplicada via redes sociais, seguindo o protocolo do Ministério da Saúde para o covid-19.

Ressalta-se que a sua participação é voluntária e não haverá gratificação financeira. Caso concorde em participar nesta pesquisa, terá que assinar o Termo de Consentimento autorizando a entrevista.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu _____,
portador (a) do RG.: _____ CPF: _____,
declaro que li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Compreendo que minha participação nesta pesquisa é inteiramente voluntária. Os dados obtidos através da minha participação neste estudo serão documentados, sendo do meu consentimento que haverá divulgação de seus resultados apenas em contexto acadêmico e publicações científicas.

Assinatura da diretoria da Biblioteca

Assinatura da pesquisadora (orientanda)
Renata Ramos Bezerra

Assinatura da pesquisadora (orientadora)
Isabel Cristina dos Santos Diniz

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AS BIBLIOTECÁRIAS DA ESCOLA SESI – ANA ADELAIDE BELLO E ANA TEREZA.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Prezada Bibliotecária

Solicitamos a sua colaboração, voluntária, para participar nesta pesquisa que tem como objetivo: “Diagnósticar as expectativas e perspectivas do bibliotecário escolar diante do usuário com Transtorno do Espectro Autista.

Caso deseje colaborar, a sua participação consiste apenas em responder a um roteiro de entrevista semiestruturada contendo um conjunto de questões, com tempo estimado para responder de cerca de 45 minutos. Note que não existem respostas certas ou erradas; responda apenas de forma a refletir as suas opiniões e atitudes.

As informações são confidenciais e anônimas, destinando-se a tratamento estatístico para elaboração de uma monografia de conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia na Universidade Federal do Maranhão.

Obrigada pelo tempo dispensando.

Atenciosamente,

Pesquisadoras:

Renata Ramos Bezerra (Orientanda - Graduando curso de graduação em Biblioteconomia na Universidade Federal do Maranhão.

Isabel Cristina dos Santos Diniz (Orientadora - Docente do Departamento de Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1– PERFIL DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1 Idade

18 a 20 anos

21 a 30 anos

31 a 40 anos

41 a 50 anos

+ 50 anos

1.2 Nível Acadêmico

- Graduação/Licenciatura
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado/Doutoramento
- Pós-Doutorado/Pós Doutoramento

1.3 Tempo de serviço na biblioteca

- 1 a 10 anos
- 11 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- + 40 anos

1.4 Especifique as atividades exercidas nesta biblioteca:

- Empréstimo domiciliar
- Pesquisa no acervo
- Sessões de Cinema
- Oficinas
- Outros. Especifique:

1.5 Especifique se já fez algum curso sobre acessibilidade e inclusão:

- Sim
- Não

1.6 No caso da resposta a questão anterior ser SIM, especifique o curso:**1.7 No caso da resposta a questão anterior ser NÃO, especifique o (s) motivo (s):****1.8 Nesta biblioteca você já participou de algum projeto sobre acessibilidade e inclusão?**

- Sim
- Não

1.9 No caso da resposta a questão anterior ser SIM, especifique o projeto:**2 - AÇÕES/ATIVIDADES E PROJETOS****2.1 Identifique qual a posição da gestão da escola quanto ao planejamento e a educação inclusiva:**

- Muito favorável
- Razoável
- Pouco favorável
- Nenhum

2.1 Identifique o seu nível de conhecimento sobre o autismo:

- Muito
- Razoável
- Pouco
- Nenhum

2.2 Na biblioteca em que você atua, existe algum usuário com autismo?

- Sim
- Não

2.3 No caso da resposta a questão anterior for SIM, especifique como você tem atuado para se aproximar do mesmo?

- Mantido contato com a gestão escolar, o (s) professor(es) ou psicopedagogo (s) do aluno Para conhecer suas limitações;
- Mantido contato com os pais e/ou responsáveis do aluno para conhecer seus hábitos e ações;
- Outros. Especifique:

2.4 Quando há alunos com deficiência matriculados na escola, identifique como é feito a divulgação para bibliotecário:

- Relação com os nomes impresso
- Relação com os nomes enviada por email
- Em uma reunião
- Outros. Especifique:

2.5 Como você se sente perante o comportamento e as esteriotípias (ações repetitivas ou ritualísticas) destes usuários?

- Muito segura
- Razoável segura
- Pouco segura
- Insegura

2.6 Na biblioteca em que atua desenvolve ações e projetos para incluir o usuário com autismo ou algum outro tipo de deficiência?

- Sim
- Não

2.7 No caso da resposta a questão anterior for SIM, especifique as ações e projetos:

2.8 Quais as estratégias e atividades lúdicas desenvolvidas na biblioteca para trabalhar com os usuários autistas?

- Biblioterapia
- Uso de jogos e brincadeiras
- Contações de história
- Livros sensoriais
- Outros. Especifique:

2.9 Na biblioteca em que atua identifique os fatores que dificultam o processo de inclusão e acessibilidade para os usuários com deficiência:

- Acessibilidade arquitetônica
- Acessibilidade metodológica
- Acessibilidade Programática
- Acessibilidade comunicacional
- Outros. Especifique:

2.10 Na biblioteca em que atua identifique os fatores que facilitam o processo de inclusão e acessibilidade para os usuários com deficiência:

- Acessibilidade arquitetônica (Eliminação das barreiras ambientais físicas);
- Acessibilidade metodológica (realização trabalhos e atividades com o uso de recursos de acessibilidade para alunos com deficiência);
- Acessibilidade Programática (normas e regimentos que atendem as necessidades das pessoas com deficiência);
- Acessibilidade comunicacional (ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual);
- Outros. Especifique

2.11 Na biblioteca em que atua como ocorre a divulgação das ações e projetos de inclusão e acessibilidade desenvolvidos para os usuários com deficiência?

- Cartazes na instituição
- Redes Sociais

Site Institucional

Outros. Especifique:

2.12 A gestão da escola prioriza que a biblioteca disponibilize serviços acessíveis para o usuário com deficiência? Você pode comentar como foi?

Sim

Não

2.13 Comente sua resposta:

2.14 Especifique as dificuldades enfrentadas pelo bibliotecário escolar para desempenhar o seu trabalho no contexto da educação inclusiva?

2.15 Em relação a formação curricular do bibliotecário. Ela tem resultado de forma positiva nas exigências da atuação profissional?

Categorias e subcategorias da análise de dados

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	DESCRITORES
Perfil de identificação	Dados de identificação	<ul style="list-style-type: none"> • Idade • Nível acadêmico
	Atuação profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo de serviço • formação voltada para acessibilidade e inclusão • Atividades exercidas
Ações/atividades e projetos	Dificuldades enfrentadas pelo bibliotecário	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar causas
	Estratégias e atividades desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades lúdicas • Projetos e ações que promovem inclusão • Participação da gestão nas atividades
	Meios de divulgação	<ul style="list-style-type: none"> • Meios de divulgação das ações e projetos desenvolvidos